



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

**CAMPUS DE LARANJEIRAS**

**DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO**

**POLIANA MARTA PEREIRA DA SILVA CONCEIÇÃO**

## **ESPAÇO PÚBLICO E CIDADANIA:**

**O CASO DAS PRAÇAS CAMERINO, AIDA BISPO SUCUPIRA E**

**ALAMEDA DAS ÁRVORES EM ARACAJU/SE**

LARANJEIRAS

MARÇO DE 2020

**POLIANA MARTA PEREIRA DA SILVA CONCEIÇÃO**

# **ESPAÇO PÚBLICO E CIDADANIA:**

**O CASO DAS PRAÇAS CAMERINO, AIDA BISPO SUCUPIRA E  
ALAMEDA DAS ÁRVORES EM ARACAJU/SE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo  
da Universidade Federal de Sergipe como  
requisito para a obtenção do título de  
Arquiteta e Urbanista.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Antônio  
Santos de Souza

LARANJEIRAS

MARÇO DE 2020

POLIANA MARTA PEREIRA DA SILVA CONCEIÇÃO

# **ESPAÇO PÚBLICO E CIDADANIA:**

**O CASO DAS PRAÇAS CAMERINO, AIDA BISPO SUCUPIRA E  
ALAMEDA DAS ÁRVORES EM ARACAJU/SE**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado à seguinte banca examinadora:

---

Prof. Dr. Fernando Antônio Santos de Souza  
Universidade Federal de Sergipe

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Ana Maria de Souza Martins Farias  
Universidade Federal de Sergipe

---

Prof. M<sup>a</sup>. Lygia Nunes Carvalho  
Universidade Tiradentes

LARANJEIRAS

MARÇO DE 2020

## | AGRADECIMENTOS

Agradeço por ter tido a oportunidade de fazer um curso superior, com suporte proveniente de políticas públicas de auxílios moradia, alimentação e transporte, e sou grata por esse curso ter sido Arquitetura e Urbanismo, que tanto me ensinou sobre o coletivo.

Aos meus pais, Lícia e Clóvis, por todo amor e apoio incondicional e por ter priorizado a educação na minha vida e na vida do meu irmão. Meus pais e meu irmão, Murilo, me ensinam todos os dias a ser grata, amar ao próximo e ser um ser humano melhor. Agradeço as minhas famílias, por parte de pai e mãe: meus primos, tios e meus avós, que são o meu maior exemplo de luta e resistência. Obrigada pelo apoio e por me ajudarem sempre a realizar meus sonhos.

Aos meus amigos, pessoas incríveis que eu tive a sorte de conhecer e escolhi ter ao meu lado. Aos que estão longe fisicamente, mas se fazem presentes, Ianne, Emili, Mari, Dani, Vitu, Iza, Saio, Lorena e Gaby, e aos que foram minha família nessa jornada da graduação, Lycia, Hiago, Suellen, Enderson e Dell. Aos amigos que a Arquitetura me trouxe: Carol, Mayra, Vinicius Andrade e Deda, Ptrucio, Livia, Larissa Elias e Gama e Valter.

À Leone, pelo apoio durante todo o curso e à Thiago pelo imenso suporte, vocês foram meus amigos e minha família.

Aos meus professores, principalmente ao professor Márcio por ter me ensinado tanto ao longo da graduação e ao meu orientador professor Fernando Antônio, pelo apoio e motivação.

A tanta gente que me ajudou a realizar o sonho de um intercâmbio, um sonho que sempre tive e que se concretizou graças a minha família, meus amigos e até amigos de amigos, pessoas que eu sequer conhecia. O intercâmbio me trouxe (entre tantas coisas) o conhecimento de novas culturas e o tema desenvolvido nesse trabalho. A todos que me incentivaram e acreditaram em mim, meus sinceros agradecimentos, tenho muita sorte por ter vocês ao meu lado.

Agradeço a Deus por tudo sempre. Tenho muito orgulho da minha trajetória.

“La ciudad no nos permite ser plenamente ciudadanos si una parte de sus residentes no puede adquirir esta cualidad.”

“A cidade não nos permite ser plenamente cidadãos se uma parte de seus residentes não pode adquirir esta qualidade.” (BORJA, 2003, p. 238, tradução livre)

## | RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o desempenho sociopolítico dos espaços públicos na contemporaneidade com o recorte nas praças da cidade de Aracaju/SE e sua relação com a cidadania. Para tanto, foram selecionadas as praças Camerino, Aida Bispo Sucupira e Alameda das Árvores, como objetos de estudo, localizadas em bairros com configurações sociais e usuários diferentes. O presente trabalho considera a importância do entendimento da interrelação entre acessibilidade e uso do espaço público com a construção e exercício da cidadania. O espaço público – que aqui é entendido como espaço de reprodução e intercâmbio de diferentes ideias de cultura, experiências e vivências – é negado a muitos devido a desigualdade e segregação sociais e isso compromete a possibilidade de que as diferenças compartilhem o mesmo espaço urbano público e contribua na conformação de todo cidadão. As praças foram analisadas de acordo com critérios de desempenho elaborados a partir do estudo de referencial teórico, pesquisas sobre os imaginários dos usuários e registro fotográfico. A busca por cidades menos desiguais e mais justas se dá junto ao exercício da cidadania e ao fortalecimento da democracia. Portanto, a relação entre espaço público e cidadania, está na existência do espaço público urbano se mostrar de total necessidade para o desenvolvimento e exercício da cidadania.

**Palavras-chave:** Urbanismo; Espaços públicos; Cidadania; Aracaju/SE; Praças.

## | LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Croqui de Aracaju em 1857.....	37
Figura 2: Croqui de Aracaju em 1865. ....	38
Figura 3: Localização das praças em relação a cidade de Aracaju. 1. Praça Camerino; 2. Praça Aida Bispo Sucupira; 3. Praça Alameda das Árvores. ....	40
Figura 4: Praça Francisco Camerino. Ano 19- - . ....	42
Figura 5: Localização da Praça Camerino em relação ao Bairro Centro. ....	43
Figura 6: Acessos à Praça Camerino.....	44
Figura 7: Mapa do entorno.....	44
Figura 8: Fotos da Praça Camerino.....	45
Figura 9: Fotos da Praça Camerino e mobiliários.....	46
Figura 10: Fotos da praça no final da tarde. ....	47
Figura 11: Fotos da limpeza da praça.....	47
Figura 12: Foto das crianças.....	48
Figura 13: Localização da Aida Bispo Sucupira em relação .....51	
Figura 14: Acessos à Praça Aida Bispo Sucupira. ....	52
Figura 15: Mapa do entorno.....	52
Figura 16: Fotos da Aida Bispo Sucupira. ....	53
Figura 17: Fotos da Praça Aida Bispo Sucupira.....	54
Figura 18: Senhores no bar. ....	55
Figura 19: Homens no bar e conversando embaixo de árvores.....	55
Figura 20: Mulher com criança e mulher com bebê assistindo o treinamento funcional. ....	56
Figura 21: Mobiliário de pneu, ao fundo barraca de mingau e foto da praça à noite. ....	56
Figura 22: Lixo na árvore e ao lado da quadra.....	57
Figura 23: Bancos antes e depois da pintura.....	58
Figura 24: Localização da Praça Alameda das Árvores em relação ao Bairro Luzia. ....	59
Figura 25: Acessos à Praça Alameda das Árvores. ....	60
Figura 26: Mapa do entorno.....	60
Figura 27: Fotos da Praça Alameda das Árvores.....	61
Figura 28: Fotos da Praça Alameda das Árvores. ....	62
Figura 29: Barraca de pães e construtora Celi.....	63
Figura 30: Moradores passeando com seus cachorros.....	64
Figura 31: Fotos da feirinha. ....	64

# | SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
------------------	---

## PARTE I

### REFERENCIAL TEÓRICO

CAPÍTULO 1   CIDADES NA AMÉRICA LATINA .....	13
CAPÍTULO 2   NOÇÃO HISTÓRICO-TEÓRICA DE ESPAÇO PÚBLICO .....	19
CAPÍTULO 3   ESPAÇO PÚBLICO NA CONTEMPORANEIDADE .....	25
CAPÍTULO 4   CIDADANIA E ESPAÇO PÚBLICO: UMA INTERRELAÇÃO .....	29
A cidadania capitalista.....	32

## PARTE II

ESPAÇOS PÚBLICOS EM ARACAJU/ SE .....	35
CAPÍTULO 5   BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE ARACAJU .....	35
CAPÍTULO 6   REGISTRO DAS PRAÇAS E INDICADORES DE DESEMPENHO .....	40
Praça Camerino.....	41
Praça Aida Bispo Sucupira (Praça Desembargador Carlos Vieira Sobral).....	49
Praça Alameda das Árvores (Praça Rosita Francisca de Souza Teles).....	58
CONCLUSÃO.....	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	71
ANEXO A   DESCRIÇÃO DAS CONVERSAS SOBRE A PRAÇA CAMERINO .....	73
ANEXO B   DESCRIÇÃO DAS CONVERSAS SOBRE A PRAÇA AIDA BISPO SUCUPIRA .....	76
ANEXO C   DESCRIÇÃO DAS CONVERSAS SOBRE A PRAÇA ALAMEDA DAS ÁRVORES.....	79



## I INTRODUÇÃO

Os espaços públicos foram determinantes na história da formação das cidades, da configuração do seu traçado, na instituição do comércio e no desenvolvimento da vida coletiva dos cidadãos (ROMERO, 2004). Na América Latina, destaca-se a função de controle social que emolduraram a vida pública e os espaços de convívio social, teoricamente do povo. São os espaços públicos que ficaram marcados pela demonstração de poder dos senhores proprietários de terra, pela presença dos pelourinhos; do Estado, dos palácios do governo e do poder de deus, com a força das igrejas (DAMATTA, 1985).

Hoje, após a mudança do papel do espaço público com o advento do capitalismo, são determinantes para a qualidade da vida urbana, configurando-se como espaços de lazer e suporte no desenvolvimento das relações sociais. Além de serem consideradas alternativas essenciais para qualidade ambiental das cidades.

Os espaços públicos abertos, como as praças e parques, são também um produto de relações sociais heterogêneas e, algumas vezes, conflitantes. (MASSEY, 2008). Além disso, como afirma Jordi Borja, o espaço público de qualidade é essencial para que a cidade cumpra seu papel de socialização de crianças e jovens e de coletivos marginalizados (que estão à margem da sociedade).

Quem mais necessita do espaço público, sua qualidade, acessibilidade e segurança são geralmente os que têm mais dificuldades para aceder ou estar: as crianças, as mulheres, os pobres, os imigrantes recentes. Nos espaços públicos se expressa a diversidade, se produz o intercâmbio e se aprende a tolerância. A qualidade, a multiplicação e a acessibilidade dos espaços públicos definirão em grande medida a cidadania. Sua polivalência, sua centralidade, sua qualidade geram certamente usos diversos que entram em conflito (de tempo e espaços, de respeito ou não do mobiliário público, de pautas culturais distintas, etc.) mas que também podem ser uma escola de civismo. (BORJA, 2003, p. 210, tradução livre).

E sobre cidadania afirma, este mesmo autor:

A cidadania, no entanto, não é um status que, em um certo momento, oferece ou atribui uma autoridade. É uma conquista. Cada dia, a cidade é o marco de um processo individual e coletivo para aceder à civilidade, à cidadania. (BORJA, 2003, p. 238, tradução livre).

O tema do presente trabalho surgiu após uma série de questionamentos que emergiram durante uma experiência de intercâmbio realizada na cidade de Buenos Aires - Argentina no ano de 2018, que me proporcionou diferentes vivências urbanas. A partir dessa possibilidade de experienciar novos espaços públicos abertos, que à primeira vista, apresentavam um bom desempenho, pude notar a diferença da concepção, apropriação e funcionamento dos parques e principalmente das praças. Por meio dessas vivências e percepções dos espaços urbanos, surgiram duas indagações principais acerca do desempenho sociopolítico dos espaços públicos da cidade de Aracaju/SE: Os espaços públicos de Aracaju apresentam bom desempenho sociopolítico? De que maneira esse desempenho influencia na experiência da vida urbana e na formação da cidadania?

A escolha do tema justifica-se por ser de fundamental importância a compreensão histórica da noção de espaço público para a partir daí entender sua transformação atual. A moderna noção do público é um tipo de espaço e uma experiência de vida urbana que surgiu no processo da urbanização industrial do século XIX. (CALDEIRA, 2000). Seu respaldo se dá através da definição de Serpa (2007), que determina o espaço público como espaço da ação política:

O espaço público é aqui compreendido, sobretudo, como o espaço da ação política ou, ao menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade. Ele também é analisado sob a perspectiva crítica de sua incorporação como mercadoria para o consumo de poucos, dentro da lógica de produção e reprodução do sistema capitalista na escala mundial. Ou seja, ainda que seja público, poucos se beneficiam desse espaço teoricamente comum a todos. (SERPA, 2007, p. 9).

Jordi Borja (2003) complementa a compreensão de Serpa (2007) sobre o espaço público:

A apropriação de áreas do espaço público por parte de coletivos específicos, especialmente se são aqueles que por razões étnicas, culturais, de gênero ou de idade sofrem alguma discriminação, é parte do direito a cidade. (BORJA, 2003, p. 214, tradução livre).

A análise do espaço público do ponto de vista capitalista, como lugar de ação política como determinante da qualidade de vida, lazer e suporte das relações sociais, é importante para o entendimento do desempenho sociopolítico na cidade, além de permitir a compreensão do seu impacto na formação da cidadania na contemporaneidade.

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar o desempenho sociopolítico dos espaços públicos na contemporaneidade com o recorte nas praças Camerino, Aida Bispo Sucupira e Alameda das Árvores na cidade de Aracaju/SE e sua relação com a conformação e exercício cotidiano da cidadania. Foram definidos quatro objetivos específicos: o primeiro refere-se ao estudo e compreensão dos processos urbanísticos e da cidadania; o segundo a avaliação das motivações do desempenho das praças públicas; o terceiro ao estudo do imaginário dos usuários; já o quarto objetivo específico a análise dos impactos sociais decorrentes de desempenhos inadequados.

Para a elaboração do trabalho de conclusão de curso foram utilizadas como metodologias deste estudo, adotou-se como referencial teórico o pensamento de autores como Romero (2004) na busca por compreender o processo histórico e cultural da formação das cidades e dos espaços públicos urbanos da América Latina, contrapondo-se a uma visão eurocêntrica; como Serpa (2007) que traz a noção do espaço público contemporâneo; como Borja (2003) que relaciona espaço público e cidadania; e como Porto (1991) que faz um apanhado sobre a história da fundação de Aracaju e a formação do espaço público. Para o estudo de caso aplicados às três praças públicas como objeto de estudo, onde foi realizada a pesquisa sobre o imaginário dos usuários, observação e registro fotográfico.

Dessa maneira estruturou-se o trabalho em duas partes. Na Parte I, “Referencial teórico”, é realizada a explanação da bibliografia base, dando início com o Capítulo 1 “Cidades na América Latina” embasado por Romero (2004) e Filho (1968); Capítulo 2 “Noção histórico-teórica de espaço público” embasado por Sennett (1976), Borja (2006) e Segawa (2010); Capítulo 3 “Espaço público na contemporaneidade”, embasado por Serpa (2007); e Capítulo 4 “Cidadania e espaço público: uma interrelação”, embasado por Pinsky (2018), Agostinho (2008) e Borja (2003).

Na Parte II, “Espaços públicos em Aracaju/SE”, aborda a fundação de Aracaju como nova capital de Sergipe, o registro das praças como estudo de caso e a análise dos indicadores de desempenho e divide-se em dois capítulos, o Capítulo 5 “Breve histórico da formação dos espaços públicos de Aracaju” embasado por Porto (1991); e o Capítulo 6 “Registro das praças e indicadores de desempenho” que contextualiza as praças Camerino, Aida Bispo Sucupira e Alameda das Árvores, por meio de mapas, registro fotográfico e do imaginário dos usuários. Para o entendimento do imaginário foram realizadas conversas abertas, onde a primeira pergunta era sobre a visão sobre a praça e após esse questionamento a conversa seguia livremente. Dessa forma a metodologia aplicada corresponde ao método qualitativo de pesquisa.

E, por fim, é apresentada a conclusão do presente trabalho, seguida pelas referências bibliográficas e a descrição das conversas com os usuários nos anexos A, B e C.

# PARTE I

## REFERENCIAL TEÓRICO

### CAPÍTULO 1 | CIDADES NA AMÉRICA LATINA

Para pensar sobre cidade e sua relação com a cidadania partir-se-á da compreensão do contexto histórico e a sucessão de acontecimentos sociopolíticos que culminaram nas cidades de hoje, especialmente na América Latina. O foco foi direcionado às cidades latino-americanas com o objetivo de contrapor-se a visão eurocêntrica de formação das cidades. No presente capítulo busca-se assimilar o processo histórico e cultural da formação das cidades e dos espaços públicos urbanos partindo de uma breve análise sobre a América Latina, visando entender o que levou as cidades a constituir espaços tão diferentes.

Romero (2004) em *América Latina: as cidades e as ideias* busca um fio condutor acerca do papel desempenhado pelas cidades no processo histórico latino-americano. Para isso, realiza uma explanação desde o momento da expansão europeia até as sociedades criadas pelos impérios, e segue narrando a trajetória histórica das cidades, suas origens e suas finalidades, levando em conta também sua história rural. Na apresentação do livro, Afonso Carlos Marques dos Santos, professor da UFRJ, adianta que as cidades surgem “da dominação política e da exploração econômica” e não por um “processo social espontâneo”, “fato que afeta todos os aspectos da vida urbana”.

No Brasil, colônia de Portugal, os processos sociais e culturais passam pelas áreas rurais durante os primeiros séculos da colonização. A mesma coisa ocorre em alguns seguimentos da área hispânica, porém em menor escala. As cidades além de serem importantes centros de concentração de poder e dirigirem o processo econômico também asseguravam a presença da cultura europeia, de maneira que povoados e cidades indígenas ficaram imersos no mundo dos conquistadores. O propósito era apagar todo e qualquer vestígio das velhas culturas indígenas (ROMERO, 2004).

Logo nos atos de invasão e colonização, Portugal e Espanha apresentaram métodos diferentes. Portugal confiou a tarefa da colonização aos senhores que

receberam terras para agricultura (açúcar, fumo e algodão), onde surgiram as plantações e os engenhos, os quais organizavam a vida da colônia. As cidades eram centros administrativos e feitorias por onde fluía a riqueza levada para a Europa. Até o século XVIII Salvador e a Recife holandesa insinuavam a sua capacidade de influir na aristocracia latifundiária que residia em suas propriedades no campo.

Já a Espanha formulou seu império como uma rede de cidades, não se limitava a exploração econômica, mas sim em garantir o domínio da área, pureza racial e a cultura do colonizador. Segundo Romero (2004), essa rede de cidades deveria criar uma América Hispânica, europeia, católica, dependente e sem expressão própria, periferia da metrópole. Para isso era fundamental que se vetasse o espontâneo movimento para sua diferenciação, porém, a América Latina já era caótica e esses processos se tornaram incontroláveis e, por essa razão, o propósito de Portugal se mostrou mais pragmático.

A cidade era um instrumento perfeito de dominação, como fortaleza, mercado e centro de catequese. Sua fundação foi um ato político e, além disso, sua implantação física contribuiu para a ocupação do continente pelos invasores. De acordo com Romero (2004), as cidades foram implantadas para cumprir uma função preestabelecida. “A cidade latino-americana começou, na maioria das vezes, sendo um forte.” (ROMERO, 2004, p. 80) Em consequência às inúmeras disputas contra os indígenas e contra eles mesmos pela posse das áreas invadidas. Sendo assim, os fortes foram as primeiras fundações e as primeiras cidades hispano-americanas foram cidades-fortaleza. Em outras regiões, a cidade latino-americana começou como um porto de escala, com funções mercantis, tornando-se cidade-empório.

Em algumas dessas cidades, suas funções portuárias cresciam de maneira significativa, onde se somava a função comercial, o controle fiscal, a defesa militar, as indústrias navais de recuperação, função administrativa e as pessoas que eram atraídas pela variedade de atividades destas cidades-porto. “No ponto favorável [...] podia surgir uma capela ou uma posta e em volta desse núcleo surgia a cidade: primeiro o casario depois a aldeia.” (ROMERO, 2004, p.83). Nas zonas onde se encontravam as minas surgiam outras cidades com características também singulares, as cidades mineiras, que se desenvolviam muito rapidamente, pois aí concentrava-se o comércio e o lucro proveniente das minas antes de ser enviado à metrópole. Algumas cidades mineiras adquiriram características de cidades mercantis, graças ao mercado ativo.

Portugal e Espanha não se utilizavam dos mesmos critérios para realizar a fundação. A metrópole portuguesa, preferia lugares altos e de fácil defesa, já a metrópole espanhola preferia lugares planos. Por esse motivo, as cidades apresentam esboços diferentes. No Brasil existia alguma tendência a geometrização, mas a topografia era mais imponente.

Nestor Goulart Filho (1968), confirma a tendência dos núcleos antigos pela ocupação de sítios elevados, facilitado a aplicação de um esquema defensivo e o controle das vias de comunicação fluviais ou marítimas. “A instalação numa posição elevada não significava, necessariamente, a construção em terreno acidentado. Pelo contrário, frequentemente o sítio escolhido era relativamente plano [...]” (FILHO, 1968, p.125). Com o passar do tempo, após a dominação do território e escravização dos nativos, a preocupação por terrenos altos desaparece e a população busca terrenos planos junto às praias e aos rios com melhor acesso e urbanização.

Sobre os padrões de racionalidade e regularidade Filho (1968) aponta que “à época do descobrimento do Brasil, as tendências geometrizes estavam sendo adotadas em quase todas as experiências urbanísticas europeias e seria por seus princípios que se orientaria o urbanismo colonial posto em prática com a expansão Europeia.” (FILHO, 1968, p.128). Porém, ao mesmo tempo relata relativa racionalidade:

Os núcleos menores, mais antigos, instalavam-se, em sua maior parte, em sítios acidentados, no topo das colinas. Seus traçados apresentavam, então, no conjunto, características de acentuada irregularidade. As ruas adaptavam-se às condições topográficas mais favoráveis, e tendiam a se organizar como ligações entre os pontos de maior importância na vida desses núcleos, sem intenção de ordenação geométrica. (FILHO, 1968, p.130)

Após a união de Portugal à coroa espanhola, a partir de 1580, ambos começaram a compartilhar as normas de regularidade da Espanha: traçado em tabuleiro de xadrez, quarteirões quadrados e praça no centro. A Plaza Mayor como núcleo e ao seu redor a igreja, o forte ou palácio para sede do governo. E o resto era loteado e dividido entre os colonos. (ROMERO, 2004). No seguinte trecho, Romero (2004) discorre sobre o surgimento, consolidação e desempenho político das praças no período colonial:

[...] No traçado, a praça principal era um espaço aberto e vazio como todos os outros; o pelourinho foi a primeira coisa que se levantou, e logo depois o mercado começou a funcionar ali: a praça já fora praça e consolidou tal condição quando se levantaram a sua volta os edifícios destinados à sede dos poderes públicos, do templo e, talvez, a prisão. Com tudo isso, a praça começou a ser o centro de comunicação social da cidade, tão modesta como fora a sua edificação, tão elementar quanto os serviços públicos, reduzidos, talvez, a um chafariz. Porém, dali ia-se ao cabildo, à casa do governador ou à *audiencia*; ali eram centralizadas as atividades econômicas e feitas as poucas festas públicas que se celebravam na cidade. Por isso, a Plaza Mayor foi a primeira coisa que começou a merecer cuidados das autoridades, até onde a peculiar atividade do mercado assim o permitia. [...] Ali, próximo à praça, os moradores mais ricos estabeleceram-se e construíram as suas casas. E, mais distante, os moradores de menos recursos foram distribuindo-se, [...]. Surgiram ali pracinhas, onde se instalaram fontes, e nas quais pequenos centros de bairros começaram a organizar-se, reunindo grupos populares, as vezes indígenas ou negros. (ROMERO, 2004, p.135)

E sobre a importância das cidades expõe:

Por certo, no início, a cidade não alcançou no Brasil a importância que teve na América Hispânica, desde o começo. Lá, até o fortalecimento das burguesias e das fundações intermediárias, já no século XVIII, a sociedade agrária impôs sua própria imagem da realidade. Entretanto na América Hispânica – como no Brasil a partir do século XVIII – foi a cidade que idealizou, desde a sua própria fundação, a imagem da realidade circundante e o modelo operacional que guiaria a ação do grupo fundador. E de certo modo – tanto no Brasil quanto na América Hispânica – a cidade obteve o primeiro trunfo porque desenhou as primeiras coisas que era necessário criar: as áreas de influência das cidades, as relações entre elas, graças as quais se constituíram as redes urbanas, e, por fim, o próprio mapa do Novo Mundo com suas conexões continentais e marítimas, como nunca havia existido antes da conquista. (ROMERO, 2004, p.99-100)

Já Filho (1968), sobre as praças e locais de reunião, acrescenta que eram utilizadas para valorização de núcleos maiores, como São Paulo e Olinda:

Uma constante na forma de organização desses centros era a valorização, por meio de praças, dos pontos de maior interesse para essas comunidades. Casas de Câmara, igrejas ou conventos, provocavam a preservação de um espaço livre destinado à aglomeração



de população, decorrente das próprias finalidades desses edifícios. Tal solução exigia uma atitude especial para ocupação do solo, junto a esses locais, à qual necessariamente deveria corresponder um esforço de controle, inexistente em se tratando de outros aspectos do traçado. (FILHO, 1968, p.130)

As praças eram pontos de foco e de atenção, ali encontrava-se a arquitetura de maior destaque, os edifícios principais, oficiais ou religiosos e instalava-se o pelourinho, símbolo da autonomia municipal. As praças também apresentavam grande importância por seu uso para reuniões cívicas, “Misturavam-se, portanto, na praça as funções cívicas e os programas recreativos. As comemorações oficiais constavam, principalmente, de ornamentação por meio de luminárias e incluíam, por vezes, também as festividades religiosas.” (FILHO, 1968, p.134-135).

As praças acolhiam, desde o início, muitas das principais atividades dos núcleos urbanos; realizavam-se nelas reuniões religiosas, cívicas e recreativas e atividades de comércio, como feiras e mercados. As povoações mais humildes, como as aldeias de índios ou paróquias reunidas em torno de modestas igrejas isoladas, desenvolviam grande parte de suas funções nas praças, as quais, por isso mesmo, eram sempre seus locais de maior importância e muitas vezes a origem das próprias povoações. Em princípio, em frente às igrejas, onde a população se reunia após os ofícios religiosos, abriam-se largos capazes de acomodá-la e frequentemente se desenvolvia o comércio, que aproveitava essas reuniões. (FILHO, 1968, p.133).

As ruas também eram utilizadas em conjunto pela população para algumas formas de recreação, mas, principalmente, para as procissões, atividade urbana característica que ocorria com frequência e apresentava motivos religiosos ou motivos estabelecidos pela Câmara e também tinham função de estimular o contato social.

Nos centros urbanos menores as ruas desenvolviam-se em torno das praças onde se acomodavam as casas de Câmara e as igrejas paroquiais. [...] Nos centros maiores, porém, como Salvador, as praças ganhavam em especialização, diferindo segundo suas funções cívicas ou religiosas, levantando-se a primeira na praça do palácio e a segunda no Terreiro de Jesus. (FILHO, 1968, p.136).

Com o tempo, as cidades adaptaram as funções preestabelecidas às condições reais, se aperfeiçoaram e diversificaram suas atividades e, desse modo, se constituíram os grupos econômicos com que o destino da cidade ia se comprometendo. Em algumas cidades não havia classe intermediária, como na sociedade barroca, que se dividia entre nobres (os ricos eram os senhores de engenho, donos de minas e comerciantes) ou miseráveis. Somente no século XVIII surgiram os primeiros burgueses. A cidade caminhava associada ao desenvolvimento do mercado, este era um núcleo fundamental onde se concentrava e circulava a riqueza. (ROMERO, 2004).

Com o impacto da ofensiva mercantilista do final do século XVIII, algumas cidades conservaram seu sistema tradicional, caminhando para uma cidade estagnada, e as que aceitaram a ideologia burguesa se transformaram em cidades mercantis. Esses acontecimentos deixaram claro que as cidades latino-americanas seguiriam rumos diferentes.

No século XIX houve um novo impacto externo, a sociedade industrial. Esta forçou o desenvolvimento até incluir as cidades num sistema econômico capitalista, conduzido a uma política imperialista, com as burguesias definitivamente constituídas. Desse modo, houve um incremento na atividade comercial e o surgimento de uma nova fisionomia urbana nas cidades. As ruas e os mercados anunciavam a mudança. Cada grupo social agrupava-se em seus bairros, e de acordo com suas ideologias, no entanto, se misturavam durante a atividade comercial. Com o tempo, houve o aumento da população, as cidades se politizaram e as tensões cresceram na vida urbana.

Segundo Romero (2004), no século XX, uma explosão demográfica e social ocorreu em quase todos os países latino-americanos, com intensidades diferentes, mas com efeitos que não demoraram a ser observados. Logo começou-se a produzir “um intenso êxodo rural que transferia para as cidades um grande contingente da população, de modo que a explosão sociodemográfica transformou-se em uma explosão urbana.” (ROMERO, 2004, p.356).

## CAPÍTULO 2 | NOÇÃO HISTÓRICO-TEÓRICA DE ESPAÇO PÚBLICO

Sennett (2014) em *O declínio do homem público: As tiranias da intimidade*, aborda o espaço público a partir de uma análise e contextualização da psique. Esse direcionamento de estudo não cabe ao presente trabalho. Porém, no primeiro capítulo, ele traz observações do desenvolvimento histórico acerca do domínio público muito elucidativas.

O autor desenvolve um comparativo entre o passado romano e o presente moderno. “Há como que um paralelo entre a crise da sociedade romana após a morte de Augusto e a vida nos dias atuais, no que diz respeito ao equilíbrio entre vida pública e vida privada.” (SENNETT, 2014, p.9) Após a época de Augusto os romanos começaram a compreender a vida pública como um ato formal, um dever, essa mudança enfraquece a vida pública e solidifica a vida privada, guiada pela religião, com novo foco para as emoções, enxergando o cristianismo como um novo princípio de ordem pública. Privacidade no passado romano se referia a transcendência religiosa enquanto que privacidade no presente moderno se referia a uma reflexão acerca da psique ou estar a sós com a família e os amigos.

Para melhor entendimento o autor traça um histórico do surgimento da palavra “público”:

[...] As primeiras ocorrências da palavra “público” em inglês identificam o “público” com o bem comum na sociedade. Em 1470, por exemplo, Malory falou do imperador Lucius “(...) ditador ou procurador do bem público em Roma”. Setenta anos mais tarde, havia-se acrescentado ao sentido de público aquilo que é manifesto e está aberto à observação geral. Hall escreveu na sua *Chronicle* (Crônica) de 1542: “Seu ressentimento não conseguia se refrear, mas protestava em locais públicos e também em locais privados”. [...] (SENNETT, 2014, p.17)

[...] Perto do século XVII a oposição entre “público” e “privado” era matizada de modo mais semelhante ao de seu uso atual. “Público” significava aberto à observação de qualquer pessoa, enquanto “privado” significava uma região protegida da vida, definida pela família e pelos amigos. [...] (SENNETT, 2014, p.17)

E continua:

[...] Na época em que a palavra “público” já havia adquirido seu significado moderno, portanto, ela significava não apenas uma região da vida social localizada em separado do âmbito da família e dos amigos íntimos, mas também que esse domínio público dos conhecidos e dos estranhos incluía uma diversidade relativamente grande de pessoas. (SENNETT, 2014, p.18)

No século XVIII, à medida que as cidades, principalmente as capitais, cresciam, as possibilidades de sociabilidade aumentavam juntamente com o surgimento de enormes parques urbanos, cafés e bares. Porém os cidadãos seguiam na tentativa conflituosa de definir o que era e o que não era a vida pública nas relações sociais.

No século XIX o capitalismo industrial e uma reformulação do secularismo afetaram a maneira como as pessoas lidavam com a vida pública e a vida privada. A família começou a constituir-se como um escudo, um refúgio idealizado que protegia as pessoas dos choques da nova ordem econômica e os terrores da sociedade, cheia de tensões e difícil de ser entendida. No entanto, ao mesmo tempo, seguia-se crendo na vida pública, principalmente a burguesia, com seus propósitos muito próprios de autoafirmação e aparência, mas acreditava que em público as pessoas experimentavam relações humanas que não se repetiam em outros contextos sociais. Desse modo a família burguesa do século XIX tentou preservar a distinção entre realidade privada e o mundo público exterior.

Borja (2006) no artigo *Espaço público, condição da cidade democrática: a criação de um lugar de intercâmbio*, usa a definição de urbanismo dada por um livro, escrito por um conjunto de urbanistas, arquitetos, engenheiros e sociólogos, titulado *Ciudades y su ordenación*: “o elemento central do urbanismo de nossa época é o urbanismo entendido como o fazer da cidade um lugar de intercâmbio.” e continua “O comércio é um intercâmbio; inclusive em alguns países se utiliza o termo comércio não somente para o intercâmbio de bens, mas também para o intercâmbio de ideias.”.

No decorrer do artigo Borja (2006) explica a produção do espaço público como uma apropriação coletiva, primeiramente feita pela burguesia do século XIX, que necessitava desses espaços (passeios, alamedas, avenidas) para ter onde “se mostrar” e “se encontrar com ela mesma”. Assim, surgem as políticas de embelezamento da cidade: “A origem do espaço público é uma resposta classista ao processo de apropriação privada da cidade.”. No entanto, afirma o autor, surge

um processo de “democratização urbana que é de progressiva apropriação social”.

Sobre a América Latina ele aponta que em muitos lugares se entende o espaço público como um “espaço qualificante”, que oferece possibilidades às pessoas de estarem nele e que melhora a autoestima dos cidadãos porque estes se sentem como os outros da cidade formal. E usa um exemplo de um trabalho realizado em Barcelona, chamado “Da marginalização à cidadania”, onde afirma que através da qualidade do espaço urbano, ou através da existência dele, determinada zona da cidade se converte em “zona cidadã”.

O autor dá seguimento discorrendo sobre a importância de se “definir os usos do solo para o futuro desenvolvimento urbano”, determinando zonas para criação de espaços públicos e para quando mude o uso atual de determinada zona, se implante também aí novos espaços públicos, e não somente uma “operação de reconversão” em escritórios. Há espaços públicos efêmeros, há espaços públicos intermitentes e há também espaços públicos que são paisagem urbana.

Acredito que gerar espaços públicos através de administração pública é importante, sem importar as morfologias. Podem-se fazer parques, podem-se fazer ruas, podem-se fazer espaços públicos vinculados a equipamentos, a entornos de equipamentos, mas em todas as operações de transformação urbana do espaço público, é preciso deixar que muitas ações sejam executadas pelo setor privado, mas colocando-se condições. (BORJA, 2006)

Quando trata da relação do espaço público e atividade econômica, Borja (2006) afirma que “a cidade como espaço público depende muito da existência de um comércio desenvolvido no conjunto do espaço urbano.”

E finaliza o artigo listando alguns elementos para o espaço público, os quais seriam:

Que na hora de pensar o espaço público é preciso ter em conta não somente a opinião dos planejadores do setor público, precisa-se ter em conta *a opinião dos atores sociais*: os comerciantes entre eles, mas

também os vizinhos, ou os departamentos universitários que estudam estes processos. [...]

Que a manutenção do espaço público é um custo e tem que encontrar fórmulas para o financiamento do mesmo. [...]

Que no espaço público, *quanto mais qualidade mais conflito*. [...] Em uma democracia, o conflito não desaparece. O que proporciona a democracia são as possibilidades de regular o conflito de uma maneira pacífica e, até certo ponto, normatizada. [...]

Que tem que haver uma participação, depois, na avaliação dos espaços públicos. [...]. (BORJA, 2006)

Segawa (2010) no livro *Arquitetura paisagística contemporânea no Brasil* discorre sobre a arquitetura paisagística dos três primeiros séculos do Brasil, limitando-se a “espaços públicos ajardinados: jardins (às vezes semipúblicos), passeios, bosques, parques. Espaços necessariamente desenhados [...] e relacionados com a trama das cidades.” (SEGAWA, 2010, p.35). Ele aponta o Passeio Público do Rio de Janeiro como o “primeiro jardim urbano construído no Brasil”, um representante dos espaços públicos ajardinados implantados na Ibero-América no século XVIII.

O Passeio Público foi construído entre 1779 e 1783, por ordem do vice-rei Dom Luis de Vasconcelos, e executado pelo escultor, arquiteto e urbanista do rio de janeiro, Valentim da Fonseca e Silva. Sua estratégica localização tinha como objetivo a expansão e aproveitamento de áreas alagadas e pantanosas, fomentando o crescimento e urbanização da cidade em direção ao sul junto a criação de novas ruas.

O Passeio muito se diferenciava dos outros espaços públicos do Brasil colonial porque, ao contrário destes – onde a autoridade portuguesa e o controle social estavam presentes por meio do pelourinho, do paço, da câmara e cadeia ou de maneira religiosa exercida pela presença da matriz –, ele não servia a nenhum outro monumento, ele “era um monumento à natureza, monumento a si mesmo”. (SEGAWA, 2010, p.38). Isso se deve ao fato de que ele foi contemporâneo à construção dos primeiros jardins públicos europeus, que eram resultado do pensamento iluminista na segunda metade do século XVIII, onde a burguesia e a aristocracia dispusessem de um lugar em comum que servisse para transformações da sociabilidade nobre e aristocrática para com o crescimento da

burguesia. Porém no Brasil “essa composição social e política soava estranha ao escravocrata meio colonial carioca.” (SEGAWA, 2010, p.40)

[...] o Passeio Público foi, por quase um século, o único recinto com as características de local "para ver e para ser visto". Descrições de viajantes ao longo do século XIX revelaram instantes animados, mas, muito mais, momentos de abandono e solidão de um espaço programado como público. *Público* em um sentido que deve ser examinado em seu tempo. Espaço de acesso controlado, de comportamento vigiado, um mundo à parte. Tão à parte, que os visitantes estrangeiros estranhavam a ausência da população no recinto e a falta de empenho dos governantes em conservá-lo, apesar dos tantos predicados que vislumbravam no local.

Há de se considerar que esses defensores forâneos traziam um olhar educado, sensível a outros significados. A natureza com recortes específicos: a natureza misteriosa – o mar – e a natureza ordenada – o jardim –, juntas lado a lado, confrontando-se num espaço criado por seres humanos. [...]. (SEGAWA, 2010, p.40)

No final do século XVIII Portugal voltou seus interesses aos recursos botânicos existentes no Brasil, “quando a Fisiocracia inspirou a Coroa portuguesa a promover ações de reconhecimento de plantas do além mar com potencial econômico” (SEGAWA, 2010, p.40) e começou a desenvolver ações de reconhecimento botânico nativo. A partir disso a coroa enviou ordens para construção de jardins botânicos. (SEGAWA, 2010) O primeiro – o Jardim Botânico de Belém – foi ordenado pela Carta Régia de 1796, e em 1798 o Aviso Régio ordenou aos governadores das capitanias de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e São Paulo a construção de jardins botânicos semelhantes ao de Belém. No entanto, os governadores, apesar de acatarem as ordens, não concluíram a tarefa.

Apesar do impulso original, os jardins botânicos ao longo do século XIX não lograram alcançar o objetivo fundamental de desenvolvimento científico, tendo sido, de maneira geral, desprezados pelos naturalistas e apreciados pelos frequentadores como lugar de passeio. (SEGAWA, 2010, p.42)

O século XX trouxe o reconhecimento da presença da vegetação no espaço urbano, através de áreas verdes nas cidades, como componente da salubridade. Nesse panorama de discussão, a cidade de Belém seguiu sendo uma experiência bem-sucedida, por seu sistema de parques e jardins entre 1898 e 1911. Segundo

Segawa, “[...] a arborização da área central que caracteriza a capital paraense, a praça da República, a praça Batista Campos e o Bosque Municipal foram realizações do apogeu da economia da borracha. [...]”. (SEGAWA, 2010, p.43).

Essas mudanças não ficaram restritas a Belém, em Minas Gerais, a República, ao transferir a capital de Ouro Preto para Belo Horizonte em 1897, a criação de um novo espaço urbano sob o comando da Comissão Construtora liderada por Aarão Reis “caracterizou uma das primeiras iniciativas em que um saber técnico sistematizado fundamentava o projeto de uma cidade [...] reservou uma área de 640 mil metros quadrados para o Parque Municipal.” E em 1911, dando continuidade aos primeiros passos do urbanismo moderno, foi proposto para a cidade de São Paulo, pelo urbanista francês Joseph-Antoine Bouvard “a criação de duas grandes áreas ajardinadas: o Parque do Anhangabaú [...], e o Parque da Várzea do Carmo.[...]”, onde esse último visava localização estratégica de expansão da cidade. (SEGAWA, 2010).



## CAPÍTULO 3 | ESPAÇO PÚBLICO NA CONTEMPORANEIDADE

Neste trabalho entende-se espaço público como o território da ação política ou o território da possibilidade da ação política na contemporaneidade – a liberdade política, o exercício de direitos sociais ou de grupos –, de acordo com a definição de Serpa (2007), e ainda como espaço de reprodução e intercâmbio de diferentes ideias de cultura, experiências e vivências sociais de cada indivíduo. É o ambiente onde as diferenças compartilham o mesmo espaço suscitando a possibilidade da geração de conflitos de forma democrática culminando na contribuição da conformação de todo cidadão.

Serpa (2007) cita Hannah Arendt (1972) e Jürgen Habermas (1984) como “filósofos do espaço público” e explica que na obra de Arendt (1972), o espaço público também aparece como “lugar da ação política” e além disso como lugar “de expressão de modos de subjetivação não identitários, em contraponto aos territórios familiares e de identificação comunitária”. E para Habermas explica que o espaço público seria “o lugar *par excellence* do agir comunicacional, o domínio historicamente constituído da controvérsia democrática e do uso livre e público da razão.”

Serpa explica que na concepção de Hannah Arendt “a ação política é uma atividade que comprova imediatamente a pluralidade da condição humana” e continua:

[...] Seguindo a tradição kantiana e aristotélica, Arendt tenta repensar a ação política a partir da capacidade de julgamento entendendo como tal o poder de discernimento de cada ser humano; algo intercambiável a partir da possibilidade de comunicação entre os indivíduos o que confere um caráter intersubjetivo a esfera pública, ampliada a partir do confronto de (diferentes) ideias e ações. (SERPA, 2007, p.16)

Conforme dito por Serpa (2007, p.17), Hannah Arendt (1972) acredita que o julgamento é “uma faculdade humana especificamente política”, “a capacidade de interpretar as coisas na perspectiva de todos e não apenas do ponto de vista pessoal” além de considerá-lo como “umas das faculdades fundamentais do homem como ser político” o que permite “que ele seja capaz de orientar suas ações na esfera pública no mundo coletivo”. Já Habermas (1984) busca uma maneira de explicitar “o declínio do uso público da razão” na mercantilização da

esfera literária do século XIX. Serpa discorre que na visão de Habermas os círculos literários perderam sua independência diante das exigências de “satisfação das necessidades” de públicos mais largos.

A esfera pública burguesa se desenvolve no campo de tensões entre Estado e sociedade, o que faz com ela se torne parte do setor privado:

[...] Para Habermas, o fundamento inicial da esfera pública burguesa é a separação radical das esferas pública e privada. Mas, com a expansão das relações econômicas de mercado, surge a esfera do “social”, que destrói as limitações da dominação feudal e torna necessárias novas formas de autoridade administrativa. A produção liberta-se das competências da autoridade pública e, por outro lado, a administração descarrega-se de trabalhos produtivos, na medida em que é intermediada pelo sistema de trocas. O poder público vai concentrar-se nos Estados nacionais e territoriais, elevando-se progressivamente acima de uma sociedade privatizada. (SERPA, 2007, p.17)

Após a consolidação do capitalismo e o avanço do liberalismo, a relação original entre público e privado é dissolvida pela “decomposição generalizada” das características da esfera pública burguesa. Serpa aponta que Habermas apresenta duas tendências interrelacionadas que marcam a decadência da esfera pública: ela alcança setores mais extensos da sociedade e, ao mesmo tempo, vai perdendo sua função política à medida que submete os fatos públicos ao controle de um público crítico. No momento em que as leis de mercado penetram na vida privada dos indivíduos “reunidos” artificialmente em um “espaço público”, a capacidade de julgamento – a razão – tende a transformar-se em consumo.” (SERPA, 2007, p.17)

Serpa segue com Henri Lefebvre, o qual afirma não ser necessário “um exame muito atento das cidades modernas, das periferias urbanas e das novas construções, para constatar que tudo se parece.” A dissociação entre o macro (urbanismo) e o micro (arquitetura) não contribuiu para a diversidade da morfologia, “o repetitivo substituiu a unicidade”. Esses espaços repetitivos transformaram os espaços urbanos em “produtos homogêneos que podem ser vendidos ou comprados”. Dessa forma, para Lefebvre, “não há nenhuma diferença entre eles, a não ser a quantidade de dinheiro neles empregada.” (SERPA, 2007, p.19)

Para Serpa (2007), as constatações de Lefebvre se mostram essenciais para a compreensão e análise do espaço público na contemporaneidade. Ele

confere a “esse espaço homogêneo – “concebido” – um caráter abstrato, em contraponto ao espaço absoluto, o espaço vivido/percebido das representações e das práticas espaciais cotidianas”. O espaço público visto também como espaço social abarca as representações das relações de produção que, por sua vez, enquadram as relações de poder.

[...] Produto da violência e da guerra, o espaço abstrato é instituído pelo Estado e, portanto, institucional. Ele serve de instrumento para que os detentores do poder – político e econômico – destruam tudo aquilo que representa ameaça e resistência, em outras palavras, abram caminho para que se homogeneizem as diferenças. O espaço serve, assim, ao poder institucional como um tanque de combate, instrumentalizando a homogeneização. O sentido do espaço absoluto nada tem a ver com o intelecto, guardando relação com o corpo, com as ameaças à existência (através de sanções diversas), com as emoções, (colocadas à prova a todo instante). Esse espaço é vivido, ele não é concebido, é espaço de representação, mais que representação do espaço. (SERPA, 2007, p.19)

Sobre alteridade e acessibilidade no espaço público, Serpa (2007) constata que acessibilidade e alteridade têm uma dimensão de classe evidente, o que vai determinar os processos de territorialização e de privatização dos espaços públicos urbanos. Para ele, diferença e desigualdade se articulam no processo de apropriação espacial definindo uma acessibilidade simbólica.

Identities são construídas sempre a partir do reconhecimento de uma alteridade, mas afirma que isso só acontece onde há “interação, transações, relações ou contatos entre grupos diferentes”. As relações de alteridade podem definir a territorialidade, que está impregnada de laços de identidade, os quais tentam homogeneizar esses territórios. Serpa então fala da importância da distinção entre “diferente” e “desigual”.

Enquanto a desigualdade exige um parâmetro comum, classificatório, que permita uma comparação global, “em rede”, a diferença *stricto sensu* o é no sentido de alteridade, não havendo, a princípio, a possibilidade de hierarquização, já que se manifesta quando confrontada com outra identidade. (Haesbaert, 1997). (SERPA, 2007, p.20)

E continua:

A identidade social se define e se afirma a partir de uma alteridade que expressa também uma dimensão de classe, uma alteridade ao mesmo tempo “desigual” e “diferente”. Desse modo, a acessibilidade ao espaço público da/na cidade contemporânea é, em última instância, “hierárquica”. (SERPA, 2007, p.20)

A criação de novos espaços públicos está sempre relacionada a diretrizes políticas e ideológicas, quase sempre, voltadas a classe média, a qual representa o destino final das políticas públicas que procuram fomentar o consumo e valorizar o solo urbano das zonas onde são situadas, seja uma zona de expansão ou com o objetivo final limitado a especulação imobiliária. O lazer e o consumo das classes médias é o que move a maioria (senão todas) as complexas obras de transformações urbanas, modificando antigas áreas industriais, centros históricos, zonas comerciais ou residenciais decadentes, com o objetivo de “recuperação” e “integração” ao desenvolver novas atividades de comércio e de lazer.

Outro objetivo é o de nutrir e assegurar um processo de valorização imobiliária em áreas já nobres da cidade, acrescentando novos agrados aos bairros que já possuem melhor infraestrutura de comércio, serviços ou de circulação de veículos particulares. De uma forma deliberada esse sistema que valoriza os bairros de classe média, perpetua a exclusão, quando esses espaços permanecem distantes e inacessíveis para um público de perfil popular que habita as periferias da cidade, segregando-os ainda mais.

Ao falar em acessibilidade simbólica, Serpa se refere às barreiras e muros invisíveis construídos pelos próprios usuários do/no espaço público e também à “privatização” desses espaços que se transformam em ambientes não partilhados condicionados pelas diferenças entre as classes sociais. Dessa forma o espaço público se encontra dividido entre os diferentes grupos e cercados por inúmeras regras criadas com o objetivo de normalizar a ação espontânea dos indivíduos, na maioria das vezes indivíduos que apresentam tipos específicos de aparência e comportamento. Por essa razão a acessibilidade não é mais generalizada, mas sim, limitada e controlada simbolicamente. (SERPA, 2007)

## CAPÍTULO 4 | CIDADANIA E ESPAÇO PÚBLICO: UMA INTERRELAÇÃO

O surgimento do espaço público se confunde com o surgimento da cidadania. O significado e o papel do cidadão descendem da sua presença e prática nesse território. Segundo Agostinho (2008) “[...] o significado da palavra cidadão se refere ao habitante da cidade, ou seja, cidadão é aquele que habita ou vive na cidade.” Atualmente, o Departamento de Direitos Humanos e Cidadania – DEDIHC, da Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, define que

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho justo, à saúde, a uma velhice tranquila. (DEDIHC)<sup>1</sup>

E ainda que “Cidadania é a expressão concreta do exercício da democracia. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais.” (DEDIHC).

A definição citada por Agostinho (2008) remete a Grécia antiga, onde cidadão era o indivíduo que participava das decisões e da vida política da cidade, exceto, as mulheres, os escravos e os estrangeiros que não podiam ser considerados cidadãos. Portanto, a ideia de cidadania significava um aprendizado para a vida coletiva, e o espaço público era o lugar onde esse aprendizado era posto em prática. Na Grécia antiga, as cidades autônomas, cidades-Estado, chamadas *polis*, eram governadas pelos cidadãos, os *politikós*, que deu origem a palavra “política”. Agostinho (2008) aponta que segundo Sennet (2003), “transitando entre diversos grupos podia-se tomar conhecimento do que acontecia na cidade e trocar ideias sobre os mais variados assuntos” (AGOSTINHO, 2008, p.37 apud SENNETT, 2003, p.48).

<sup>1</sup>BRASIL. Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos. Departamento de Direitos Humanos e Cidadania – DEDIHC. Curitiba/PR.

[...] A organização política estava baseada em um poder social coletivo. Nas cidades gregas, especialmente em Atenas, a *ágora* era o lugar onde os cidadãos exerciam o direito de participar da vida política da cidade. A sua configuração espacial era de uma grande praça onde aconteciam simultaneamente múltiplas atividades, “num caos quase completo”. (AGOSTINHO, 2008, p.37).

A *ágora* foi a experiência mais antiga de espaço público, consistia em uma área plana localizada entre o porto e a *acrópole* e possuía cerca de um quilômetro de circunferência. Era um lugar onde as pessoas iam frequentemente, pois sua função era servir de espaço para o mercado da cidade. Mas, ao mesmo tempo, foi o lugar onde a poesia e a música se desenvolveram, onde pessoas e atividades se misturavam e, conseqüentemente, onde os cidadãos começaram a se manifestar nas assembleias públicas, formando parte da política de Atenas, a maior e mais democrática cidade grega (AGOSTINHO, 2008).

Segundo Pinsky (2018), o surgimento e a relação da cidadania com o espaço público, também perpassa o processo histórico dos romanos.

No sentido moderno, cidadania é um conceito derivado da Revolução Francesa (1789) para designar o conjunto de membros da sociedade que têm direitos e decidem o destino do Estado. Essa cidadania moderna liga-se de múltiplas maneiras aos antigos romanos, tanto pelos termos utilizados como pela própria noção de cidadão. Em latim, a palavra *ciuis* gerou *ciuitas*, “cidadania”, “cidade”, “Estado”. Cidadania é uma abstração derivada da junção dos cidadãos e, para os romanos, cidadania, cidade e Estado constituem um único conceito - e só pode haver esse coletivo se houver, antes, cidadãos. *Ciuis* é o ser humano livre e, por isso, *ciuitas* carrega a noção de liberdade em seu centro. [...] Se para os gregos havia primeiro a cidade, polis, e só depois o cidadão, *polites*, para os romanos era o conjunto de cidadãos que formavam a coletividade. Se para os gregos havia cidade e Estado, *politeia*, para os romanos a cidadania, *ciuitas*, englobava cidade e Estado. (PINSKY, 2018, p.49).

Espaço público e Estado parecem se confundir nas origens das cidades-estado na antiguidade clássica, afirma Pinsky (2018), ambos foram um espaço de poder e de decisão coletiva, assembleias e até mesmo tribunais. Era “o espaço de uma lei comum, que obrigava a todos e que se impôs como uma norma escrita, fixa, publicizada e coletiva.” (PINSKY, 2018, p.33).

Na maioria das cidades-estado, esse espaço público tendia a materializar-se em um núcleo urbano que congregava o que era comum por excelência: os templos; a praça do mercado, que fazia as vezes de lugar da assembleia comunitária; o porto, por meio do qual a comunidade controlava os contatos com o exterior, obtendo os recursos materiais que não produzia; as oficinas de artesãos; as lojas do pequeno comércio; uma acrópole, muitas vezes amuralhada, que funcionava como núcleo de defesa e como símbolo da unidade territorial. (PINSKY, 2018, p.34).

As regras que construía as cidades-estado definiam o pertencimento legítimo à comunidade e a cidadania antiga era transmitida por vínculos de sangue, passados de geração em geração. As comunidades cidadãs formavam-se de maneiras muito distintas tornando difícil encontrar um princípio universal.

Pertencer à comunidade da cidade-estado não era, portanto, algo de pouca monta, mas um privilégio guardado com zelo, cuidadosamente vigiado por meio de registros escritos e conferido com rigor. Como já ressaltava o filósofo grego Aristóteles, fora da cidade-estado não havia indivíduos plenos e livres, com direitos e garantias sobre sua pessoa e seus bens. Pertencer à comunidade era participar de todo um ciclo próprio da vida cotidiana, com seus ritos, costumes, regras, festividades, crenças e relações pessoais. (PINSKY, 2018, p.35).

Partindo do pertencimento a uma comunidade agrícola, a cidadania tornou-se fonte de reivindicações e de conflitos, na medida em que mudaram as concepções do que seriam as obrigações e os direitos dos cidadãos. Todo cidadão é membro de uma comunidade e, por isso, esse pertencimento lhe permite reivindicar direitos afim de buscar mudanças nessa comunidade. Pinsky (2018) afirma que a essência da cidadania reside no caráter público, impessoal, onde se confrontam situações sociais, aspirações e interesse conflitantes.

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, a saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais. (PINSKY, 2018, p.9).

A conquista da cidadania, vista como prática e exercício, não é uma situação garantida e irreversível, portanto, em seu percurso, podem haver situações de desvios e retrocessos. “Cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço.” (PINSKY, 2018, p.9).

Segundo Agostinho (2008), para Freitag (2002),

[...] o conceito de cidadania, hoje, inclui dois focos, o democrático e o liberal: o primeiro refere-se à autodeterminação exercida na *polis* pelo povo soberano e o segundo diz respeito às disposições que garantem a segurança e a integridade dos indivíduos. (AGOSTINHO, 2008, p.37).

E que, portanto, “a cidadania é por um lado a capacidade de intervir no Estado e por outro lado o poder de exigir do Estado o respeito e a plena concretização dos direitos individuais”. (AGOSTINHO, 2008, p.55 apud FREITAG, 2002, p.1).

### **A cidadania capitalista**

Trazendo para a atualidade a discussão sobre o espaço público, após a revolução industrial – que forçou o desenvolvimento até incluir as cidades num sistema econômico capitalista, com as burguesias definitivamente constituídas – houve um incremento na atividade comercial e o surgimento de uma nova fisionomia urbana nas cidades, onde cada grupo social começou a agrupar-se em bairros distintos. Dessa forma surge uma cidadania diferente, a partir de uma nova organização urbana, e de uma cidade atual desigual e constituída fundamentalmente por privilégios.

A vista disso, Borja (2003), antes de relacionar espaço público e cidadania, relaciona o medo e a cidade. Ele afirma que os medos dos cidadãos refletem a especificidade da situação social e urbana. Descreve que na cidade pré-industrial os perigos reais e os medos possivelmente eram mais intensos e variados que os atuais, perigos constantes contra as minorias, epidemias, infecções, incêndios, assaltos do exterior. “As fortalezas dos privilegiados, os guetos e a exclusão social constituíam mais a regra do que a exceção.” (BORJA, 2003, p. 204, tradução livre)



A cidade da revolução industrial cresceu e se suburbanizou muito rapidamente, em seus arredores e em zonas centrais apareceram núcleos permanentes de insegurança. Os burgueses viam os trabalhadores como um coletivo imenso e perigoso. E sobre a cidade atual, Borja (2003) afirma que o processo de metropolização difusa fragmenta a cidade em "zonas *in* e zonas *out*", as zonas centrais se encontram degradadas e se acentuam a zonificação funcional e a segregação social, comprometendo dessa forma a cidadania no sentido de equidade social. "A cidade se dissolve e perde sua capacidade integradora, e a cidade como sistema de espaços públicos se debilita, tende a privatizar-se." (BORJA, 2003, p. 205, tradução livre).

Dito isso, Borja (2003) afirma que se pode considerar a insegurança urbana um sinal de alerta social porque ela expressa a contradição entre uma socialização relativa, mas considerável, do espaço urbano e a exclusão ou pouca integração econômica e cultural de coletivos sociais que ocupam a cidade mas não podem usar suas ofertas. Por isso ratifica a importância em considerar a violência urbana também em sua dimensão de indicador democrático, "na medida em que nos envia um conjunto de sinais sobre coletivos sociais que batalham por sobreviver, por ser reconhecidos, por expressar (mesmo que agressivamente) que não aceitam sua exclusão". (BORJA, 2003, p.207, tradução livre)

Sobre privatização, afirma que esta tende a substituir em alguns pontos a relação objetiva entre o Estado e os cidadãos pelo confronto subjetivo entre grupos sociais e, sendo o espaço público um mecanismo fundamental para a socialização da vida urbana, a privatização do mesmo, pode significar uma negação da cidadania e transformar-se em um fator de ruptura da trama social.

Os projetos e a gestão dos espaços públicos e equipamentos coletivos são, ao mesmo tempo, uma oportunidade de produzir cidadania e uma prova do desenvolvimento da mesma. Sua distribuição mais ou menos desigual, sua concepção articuladora ou fragmentadora do tecido urbano, sua acessibilidade e seu potencial de centralidade, seu valor simbólico, sua polivalência, a intensidade do seu uso social, sua capacidade para criar ocupação e para fomentar novos públicos, a autoestima e o reconhecimento social, sua contribuição para dar sentido à vida urbana são sempre oportunidades que nunca deveriam deixar de ser aproveitadas para promover os direitos e obrigações

políticas, sociais e físicas constitutivas da cidadania. (BORJA, 2003, p.209, tradução livre).

A negação da cidade ao cidadão significa o isolamento, a exclusão da vida coletiva e segregação. A acessibilidade ao espaço público de qualidade é diariamente negada às pessoas que mais necessitam-no. Nesses espaços é onde se “expressa a diversidade, se produz o intercâmbio e se aprende a tolerância. A qualidade, a multiplicação e a acessibilidade dos espaços públicos definirão em grande medida a cidadania.” (BORJA, 2003, p.210, tradução livre).

A vida na cidade implica aceitar ao outro que é diferente, reconhecer e saber que o risco existe, porém, essa experiência muda ou deixa de ser entendida dessa forma com o crescimento da privatização e dos lugares controlados justificados pelo exagero da sensação de insegurança fomentada, principalmente pelos agentes imobiliários, comprometendo a cidadania. Nesses lugares controlados a aparência prevalece sobre a realidade e as pessoas passam a buscar a convivência com aquele que é semelhante a si mesmo, tornando-os incapazes de se relacionarem com o outro e, conseqüentemente com a diversidade.

## PARTE II

### ESPAÇOS PÚBLICOS EM ARACAJU/ SE

#### **CAPÍTULO 5 | BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE ARACAJU**

No livro *A cidade do Aracaju 1855-1865: ensaio de evolução urbana*, Porto (1991) conta, de maneira breve, por meio do resgate de informações e mapas antigos, a história da fundação da cidade de Aracaju. O autor explicita desde o contexto político da época da tomada da decisão sobre a implantação da nova capital até o seu planejamento e a implantação das primeiras quadras do quadrado de Pirro.

Aracaju teve sua geração impulsionada pelo político Inácio Joaquim Barbosa e guiada por dois motivos, um econômico – a criação de um porto, pelo crescente volume de mercadorias exportadas e importadas – e o outro político – a fundação de uma nova capital para o estado de Sergipe. (PORTO, 1991)

Porto (1991), logo na introdução, faz um apanhado geral no qual divide a evolução de Aracaju em quatro fases distintas:

O primeiro período começa com a fundação [1855] e dura cerca de dez anos. É o que poderíamos considerar o período da conquista, caracterizado pelos movimentos iniciais de expansão favorecidos e estimulados, como não podia deixar de ser, pela ação do governo provincial. O segundo período dura desde a década de 60 até aos primeiros e agitados anos da era republicana. [...] É um período obscuro na vida física da cidade. A província abandonou a cidade e a Câmara Municipal era economicamente impotente para tomar-lhe o lugar. A cidade cresceu por si mesma, casa por casa, lentamente, como gota de óleo. [...].

O terceiro período dura por todo o primeiro quartel do século XX e vem terminar nos últimos governos da chamada "república velha". Seu término se acha entre as revoluções de 1924 e 1930. O governo estadual

retoma seu interesse pela cidade e aí executa obras de saneamento e embelezamento. A cidade é dotada de serviços de água, esgotos, luz e bondes. Novas ruas se abrem, outras são melhoradas. As comunicações com o interior são beneficiadas primeiro pela estrada de ferro e depois pelas estradas de rodagem. [...] Inicia-se neste período, sem qualquer imposição do poder público, o zoneamento espontâneo da cidade, ficando caracterizados os bairros de comércio, de residências abastadas, de habitações operárias e das indústrias.

O quarto e último período, que é o atual [1945], ainda é muito novo para ser definido. [...] O seu início foi marcado pelo grande desenvolvimento que tomou o bairro Siqueira Campos e o aparecimento de um novo bairro, Joaquim Távora, [...]. Este movimento para o noroeste tem sido um movimento de massas operárias e sua existência demonstra o crescimento das indústrias aracajuanas. (PORTO, 1991, p.11-12)

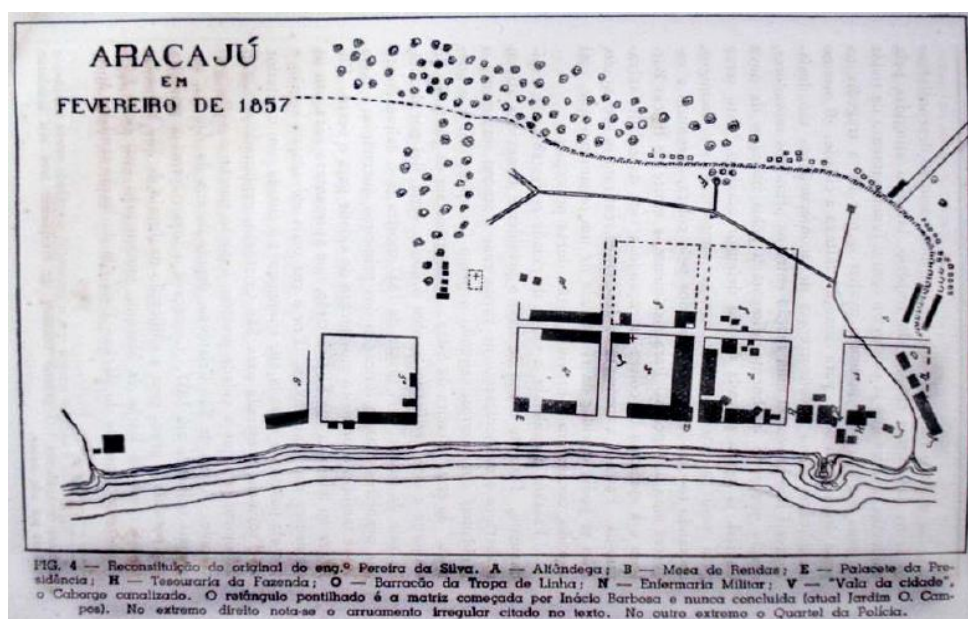
Sergipe tinha um comércio marítimo bem característico. As mercadorias que chegavam de navio, passavam à barcos menores e estes adentravam o leito do rio em direção ao continente com destino à pequenas cidades, ou as vezes pequenas vilas, denominadas “cabeças de ponte”. Com o advento de um porto, toda essa lógica de transporte sofreria grandes mudanças, o escoamento da produção de açúcar, por exemplo, seria facilitado e de menor custo, pois o porto serviria de ponto principal de contato para duas vias de comunicação, a via terrestre e a via marítima. Além do porto, foram abertas novas rodovias e foi construída a estrada de ferro (ferrovia).

Segundo Porto (1991), a fundação da capital sergipana foi considerada uma subversão política, econômica e social, alterou os núcleos existentes e criou a primeira cidade livre do estado. A nova cidade não trazia compromissos com a terra e seus senhores, como as demais, gerando um terreno neutro unificado contra o meio hostil. Dessa forma, juntamente com o desenvolvimento da capital, surgiram os comerciantes.

A partir de novembro de 1854 a praia do Aracaju, perto da Foz do Rio Sergipe, foi o alvo Predileto das províncias governamentais. Para ela foram transferidas da Alfândega a mesa de rendas provinciais; criaram-se aí uma agência do Correio e uma sub-delegacia policial; pintou-se a Atalaia. O porto ia aparecer... (PORTO, 1991, p.16)

Não existe nenhum documento descritivo que possa fornecer informações minuciosas sobre a topografia da época da fundação, e com o passar do tempo até os primeiros nomes, que eram dados aos pontos de referência, foram esquecidos. As primeiras plantas são de 1856 e 1857, mas não apresentam alto nível de detalhamento nem informações escritas (Figura 1).

**Figura 1: Croqui de Aracaju em 1857.**



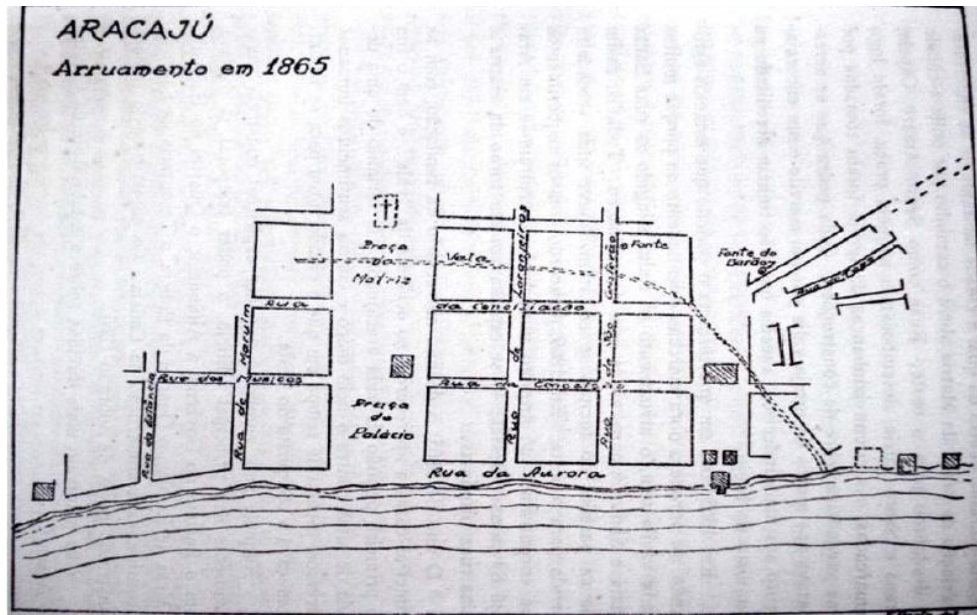
Fonte: Porto, 1991.

Porto (1991) afirma que com o crescimento da cidade, a construção rápida de edifícios públicos e particulares veio também a iluminação das ruas, os serviços de água e esgoto, a expansão dos transportes, o gás e outros melhoramentos que visavam o aparelhamento das cidades. Para contrapor o estigma de desordem medieval que levavam as cidades brasileiras coloniais, graças ao descuido português (PORTO, 1991, p.29), o fundador progressista Inácio Barbosa incumbiu o planejamento da capital sergipana ao engenheiro Sebastião José Basílio Pirro. Ele foi o responsável pela implantação do traçado xadrez, estilo classicista muito propagado pelos americanos no século XIX (Figura 2).

O plano do eng. Pirro não tinha a complexidade com que compreendemos hoje um plano de Urbanismo [...]. Ele se resume em um

simples plano de alinhamentos. Dentro de um quadrado de 540 braças de lado estavam traçados quarteirões iguais, de forma quadrada, com 55 braças de lado separados por ruas de 60 palmos de largura. (PORTO, 1991, p.30)

**Figura 2: Croqui de Aracaju em 1865.**



Fonte: Porto, 1991.

Inácio Barbosa tinha pressa na apresentação e implantação de um plano, por esse motivo, na demarcação das ruas não deveria haver linhas de difícil locação. O xadrez cumpria esse requisito, porém apresentava dificuldade com relação ao caráter físico do terreno. Já com relação aos edifícios de uso público, Porto (1991) faz uma suposição – que segundo ele é muito bem fundada –, o autor afirma que o plano de Pirro não previa a localização dos edifícios públicos e de uso público. Os edifícios das repartições administrativas as igrejas e o hospital foram levantados muito livremente ao árbitro de seus construtores e das circunstâncias do momento não tendo chegado a nenhuma demonstração de que sua posição obedeceu a um plano prévio.

Já os particulares (assim os denomina), se estabeleceram ao sul da mesa de rendas e foram se espalhando sempre ao sul, de frente para o mar, e assim eram estimulados pelo próprio governo e pelas condições topográficas. Diversos pântanos foram substituídos por grandes aterros. A construção da Praça da

Matriz fez com que se iniciasse o desenvolvimento ao redor desta e para o oeste da cidade, através de ruas que levavam até a praça. As pessoas que pertenciam as classes mais baixas, devido as determinações de regulação das edificações, saíram dos limites do quadro de Pirro.

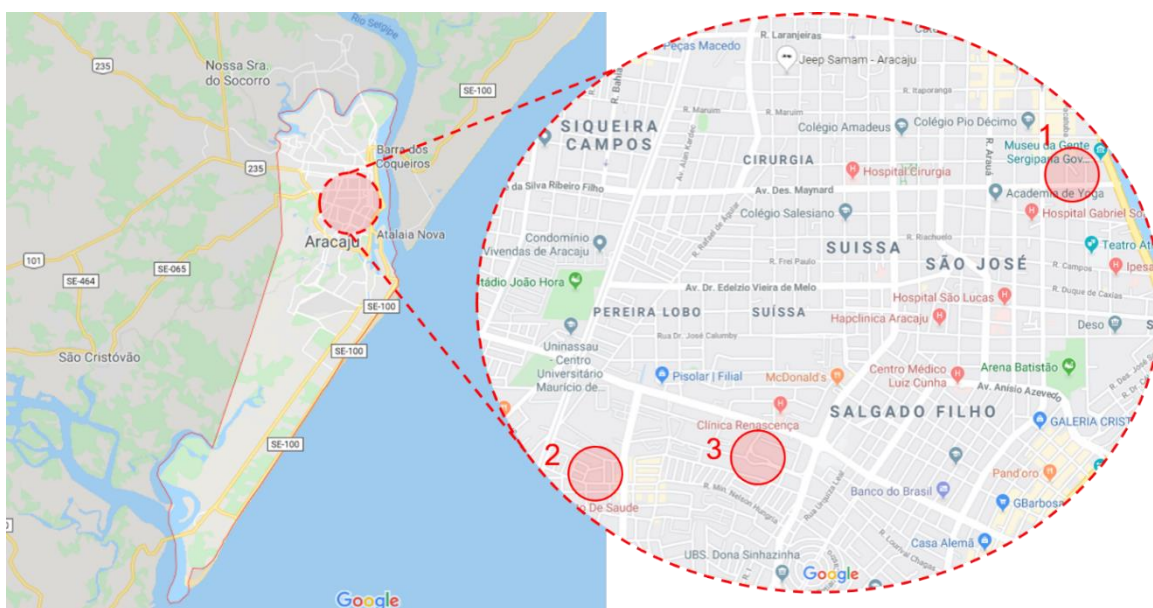
Esta fuga foi o primeiro fenômeno geográfico de diferenciação social que se operou no Aracaju. As terras fronteiras ao rio, tidas como as melhores, ficaram na posse dos que tinham recursos suficientes para pagar o Alto Preço a que chegaram os terrenos da capital [...]. (PORTO, 1991, p.43).

## CAPÍTULO 6 | REGISTRO DAS PRAÇAS E INDICADORES DE DESEMPENHO

Para contribuir com a análise de desempenho sociopolítico foi efetuado um estudo de caso no qual tomou-se como objeto de estudo três praças da cidade de Aracaju/SE. Cada praça está localizada em bairros com situações sociais e econômicas distintas e com essa condição almejou-se compreender que configurações norteiam a apropriação social do espaço público e desenvolver um olhar sensível para cada característica relacionada ao lugar, aos usuários e ao uso desse espaço.

As praças selecionadas foram a Camerino, a Desembargador Carlos Vieira Sobral (Aida Bispo Sucupira) e a Rosita Francisca de Souza Teles (Alameda das Árvores) (Figura 3). A Camerino foi selecionada por ser uma praça mais antiga e tradicional – trazendo algumas referências dos antigos passeios públicos. Se localiza no centro da cidade, cercada por edifícios de usos diferentes. A Aida Bispo Sucupira foi escolhida por ser uma praça localizada em um bairro popular, frequentada pela classe média baixa e por trabalhadores mais pobres. E, finalmente, a Alameda das Árvores foi preferida por ser uma praça localizada em uma área nobre, cercada de condomínios residenciais de alto padrão.

**Figura 3: Localização das praças em relação a cidade de Aracaju. 1. Praça Camerino; 2. Praça Aida Bispo Sucupira; 3. Praça Alameda das Árvores.**



Fonte: Google Maps, 2020.



Levando em consideração o referencial teórico exposto e entendendo o espaço público como o território da ação política cidadã e como espaço de troca de diferentes experiências sociais, o que suscita a possibilidade da geração de conflitos de forma democrática, culminando na contribuição da coexistência de todo cidadão, foram elaborados questionamentos acerca do desempenho das praças: **É um espaço de intercâmbio de experiências e vivências sociais? Existe, no mesmo espaço, compartilhamento das diferentes culturas? Existe a possibilidade da ação política no território?**

Os critérios de análise de desempenho, inicialmente, são de dois tipos: social e político. Como **desempenho social buscou-se analisar a presença e o comportamento dos usuários, a conservação – ou existência – do mobiliário e do espaço físico e, por último, a percepção e o imaginário dos usuários com relação a praça em análise. E como desempenho político buscou-se analisar a possível contribuição para a construção da cidadania e a privação da oportunidade urbana e direito à cidade.**

## **| Praça Camerino**

A Camerino foi criada em 11 de abril de 1951, pela lei 39, como espaço de passeio e contemplação recebendo como nome original Praça Silvio Romero. Logo após sua construção, tornou-se local de feiras e manifestações religiosas, como o 1º Congresso Eucarístico, um grande evento religioso, realizado na época. No ano de 2013 foi reformada pela Prefeitura de Aracaju em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, financiada com recursos do Programa de Aceleração de Crescimento – PAC – Cidades Históricas do Governo federal<sup>2</sup>.

Inicialmente era uma praça com características de contemplação (Figura 4), no entanto também se configurava como local de passagem. Desde o princípio era muito frequentada por estudantes, primeiro pelos estudantes das escolas superiores antes da fundação da universidade e hoje pelos estudantes dos diversos colégios que se localizam no seu entorno.

<sup>2</sup>Informação sobre a reforma disponível no site <<https://www.se.gov.br/pesquisa>>.

**Figura 4: Praça Francisco Camerino. Ano 19- -.**

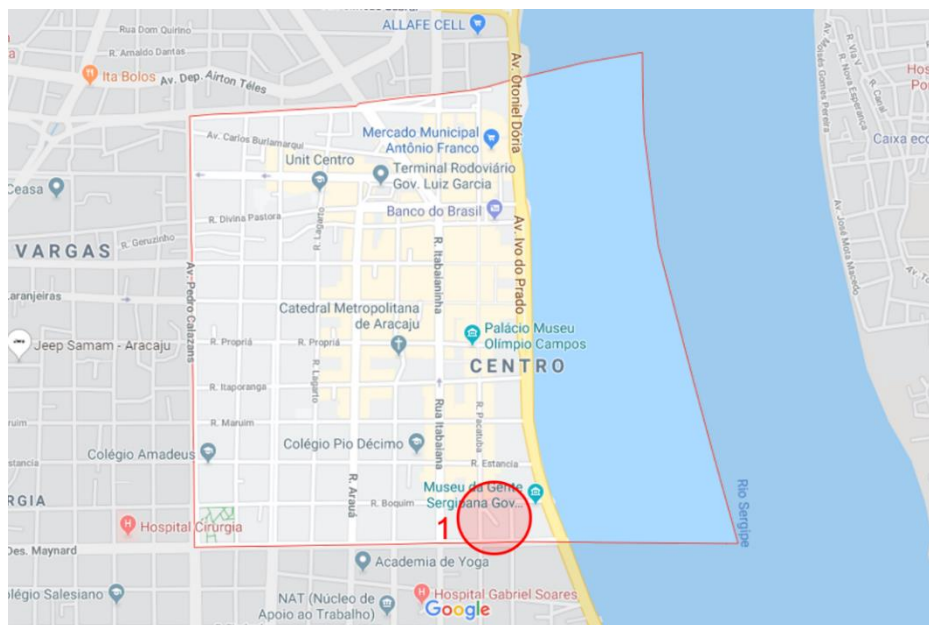


Fonte: IBGE. <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=441031&view=detalhes> > Acesso em 27/02/2020.

### **O bairro e o entorno**

A Praça Camerino localiza-se no Bairro Centro (Figura 5) que tem sua origem diretamente relacionada à fundação de Aracaju, quando instituída como nova capital de Sergipe. Limita-se com os bairros Santo Antônio e Industrial ao norte, a leste com o Rio Sergipe, a oeste com o Getúlio Vargas e Cirurgia e ao sul com o São José. Sua implantação ainda reproduz o quadrado de Pirro, traçado xadrez implantado pelo Engenheiro Sebastião José Basílio Pirro durante o planejamento da capital sergipana (analisado no Capítulo 5), embora o bairro tenha passado por muitas mudanças através dos anos, entre elas a degradação do centro, introdução do sistema de transporte e o processo de urbanização e implantação dos calçadões comerciais.

**Figura 5: Localização da Praça Camerino em relação ao Bairro Centro.**



Fonte: Google Maps, 2020.

Atualmente, o bairro tem um grande protagonismo comercial e, ao mesmo tempo, residencial. Além de abarcar o Terminal de Integração central da cidade de Aracaju e o Terminal Rodoviário Governador Luiz Garcia, responsável pela chegada e partida de ônibus para o interior de Sergipe. O bairro também apresenta um forte potencial cultural, validado por seu abundante número de museus e o antigo centro da capital. No Bairro Centro é possível encontrar famílias de níveis socioeconômicos distintos, porém, mais precisamente nas imediações da Camerino, pode-se notar maior presença da classe média.

### **A praça**

A Camerino apresenta grande variedade de usuários, uma das razões é pelas características do bairro onde se localiza e outra razão é a pluralidade de usos que apresenta seu entorno (Figura 6).

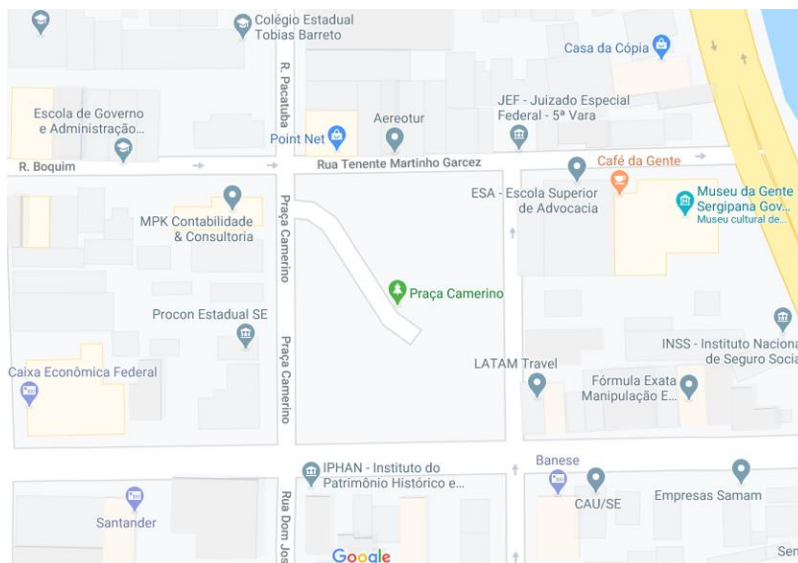
**Figura 6: Acessos à Praça Camerino.**



Fonte: Google Earth, 2020.

No seu entorno imediato encontra-se a sede do Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, centro de beleza, cartório, agência de viagem, lanchonetes, padaria, Juizado Federal, a saída do Museu da Gente Sergipana, casas e edifícios residenciais. Além disso, existem perto de 15 escolas, colégios ou institutos, em um raio de 3 quadras da praça. Localiza-se próximo à Avenida Ivo do Prado, que margeia o Rio Sergipe e faz limite com a Avenida Barão de Maruim, ambas apresentam grande fluxo de veículos coletivos e particulares (Figura 7).

**Figura 7: Mapa do entorno.**



Fonte: Google Maps, 2020.



A primeira visita à Camerino foi realizada numa terça-feira em torno das 17 horas. Logo ao chegar notei que a praça estava limpa e que havia algumas pessoas de passagem e outras, não muitas, sentadas nos bancos. Enquanto caminhava e observava com mais atenção, pude notar a ausência de lixeiras. Alguns bancos apresentavam péssimo estado de conservação, impossibilitando seu uso. Há um tipo de mobiliário diferente, com caixas para depósito de livros, mas não encontrei nenhum livro nas que pude observar. Ainda na praça, nas suas extremidades, existem pontos de lanchonete e bancas de revista, que também oferecem a possibilidade de sentar-se próximo (Figuras 8 e 9). Há também um ponto de descarte de materiais recicláveis.

**Figura 8: Fotos da Praça Camerino.**



Fonte: Acervo Próprio, 2019.

**Figura 9: Fotos da Praça Camerino e mobiliários.**



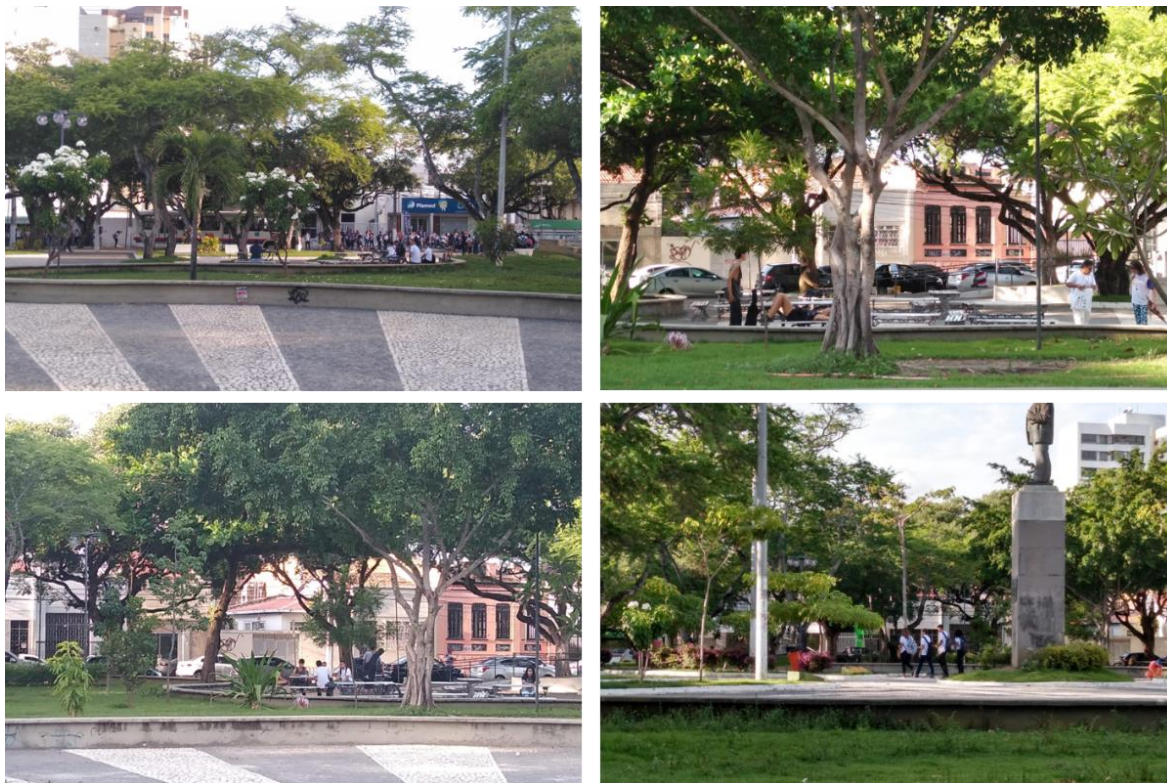
Fonte: Acervo Próprio, 2019.

As visitas seguintes foram realizadas em horários distintos, distribuídos pela manhã e pela tarde, quando busquei entender como os usuários percebiam a praça, tanto seu território quanto suas impressões. Para isso, me aproximava das pessoas e dava início a uma conversa na qual eram, em um primeiro momento, questionadas sobre a praça na sua totalidade e em seguida os usuários se posicionavam livremente e relatavam suas experiências e percepções.

O movimento dos usuários da praça pela manhã se assemelha ao movimento da tarde. Os horários de maior fluxo de pessoas são ao meio dia (horário de almoço e saída dos colégios) e final da tarde (final do expediente). Ao meio dia foi possível notar maior permanência no espaço, apesar do calor e da forte incidência solar. A presença de estudantes se destaca sobre os outros usuários (Figura 10). Já no final da tarde, nota-se maior frequência das pessoas que finalizaram o expediente, predominando senhores ou jovens ocupando os bancos.



**Figura 10: Fotos da praça no final da tarde.**



Fonte: Acervo Próprio, 2020.

Durante uma das visitas pude observar a ação de profissionais de limpeza da prefeitura, que varriam a praça e realizavam a poda e irrigação do jardim (Figura 11).

**Figura 11: Fotos da limpeza da praça.**

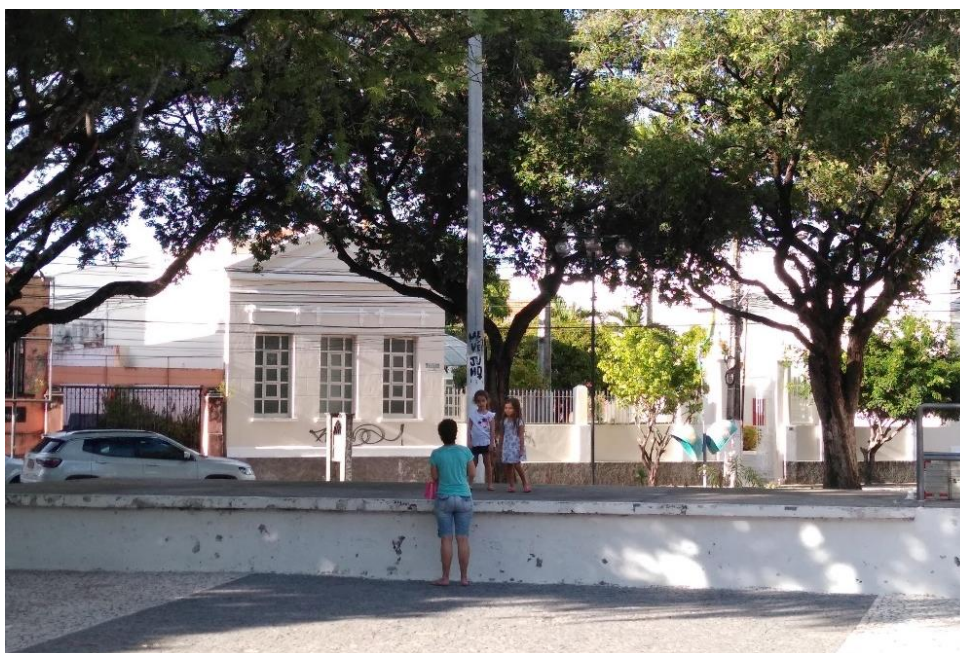


Fonte: Acervo Próprio, 2020.



Pela primeira vez notei a presença de crianças, elas estavam acompanhadas por sua avó, que disse morar próximo e que leva as meninas para passear com relativa frequência em torno das 16 horas. Ela contou que percebe sempre muito movimento de pessoas cruzando a praça, como lugar de passagem e que sente falta de um mobiliário direcionado para crianças, já que as netas brincam nos bancos e no palco, por falta de mobiliário específico (Figura 12).

**Figura 12: Foto das crianças.**



Fonte: Acervo Próprio, 2020.

O movimento da Camerino ao meio dia se assemelha ao do final da tarde, porém com maior presença de estudantes e alguns casais. No dia da visita percebi um grupo almoçando em uma das mesas existentes. O fluxo de pessoas nos pontos de ônibus é grande e o calor é intenso, o sol a pino inviabiliza o uso de muitos dos bancos, no entanto, a praça me pareceu mais movimentada neste horário que os outros.

Após conversar com diversos estudantes (ver Anexo A) e ouvir relatos sobre os cuidados insuficientes para com o jardim, a presença de alguns grupos usando entorpecentes, a localização dos bancos sob o sol – e sobre as árvores, de maneira positiva ou confessando achar insuficiente, uma queixa recorrente em quase todos os discursos dos que atualmente estudam nas proximidades, era sobre a falta de segurança e a sensação de estar na praça, mas com a consciência



de que a qualquer momento poderia ocorrer um assalto. Em contrapartida, um grupo de jovens e ex-estudantes do Colégio Estadual Tobias Barreto com o qual conversei, afirmou que a praça era um lugar muito tranquilo e sem criminalidade, “que quando acontece alguma “confusão” é entre os próprios estudantes” (ver Anexo A, p.72).

Diante do exposto, é interessante notar uma mudança na percepção dos usuários no decorrer dos anos: o grupo de ex-estudantes afirma que a praça é um lugar tranquilo e sem criminalidade, enquanto que os estudantes atuais relatam faltam de segurança e ocorrência de assaltos. Atualmente o discurso de violência é maior, apesar de nenhum dos entrevistados ter sido efetivamente assaltado. Isso, em parte, explica a razão de nos relatos, alguns estudantes contarem ser a primeira ou segunda vez que vão à praça e outros estarem migrando para a Praça da Catedral (Praça Olímpio Campos) ao invés de permanecerem na Camerino.

Outra situação curiosa é o fato desses mesmos estudantes relatarem a presença de jovens usando maconha, apesar de que em nenhuma conversa externaram sentir-se inseguros com isso, enquanto esses mesmos jovens afirmam que é um ambiente tranquilo e seguro.

A Camerino se mostrou como uma praça que, de fato, apresenta características do bairro Centro, os usuários a percebem como um espaço de passagem e ao mesmo tempo como espaço de permanência e com múltiplos usos, frequentado por pessoas de diferentes perfis, como estudantes que esperam pelo transporte, funcionários durante o horário de almoço ou após o expediente, alguns senhores conversando nas barracas de lanche ou de revista e até mesmo jovens discutindo sobre arte e música. Apesar dos relatos de falta de segurança, nota-se que a Camerino, de certa forma, mantém a diversidade de funções, típica de áreas centrais.

### **| Praça Aida Bispo Sucupira (Praça Desembargador Carlos Vieira Sobral)**

Segundo seu Florisval Chaves Sampaio, presidente da associação comunitária do Conjunto Jessé Pinto Freire, que se mudou para o bairro em 1973, a praça Aida Bispo Sucupira fazia parte do Conjunto Habitacional Jessé Pinto Freire, criado para abrigar as residências dos comerciários do Sesc – Serviço Social do Comércio. O conjunto foi erguido com recurso proveniente da

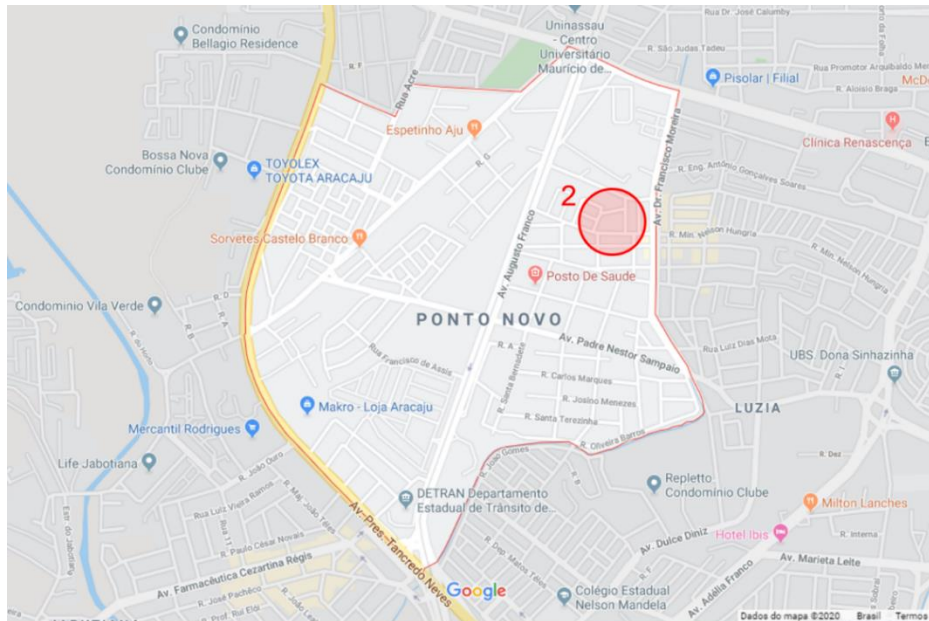
contribuição sindical empresarial, um dos primeiros núcleos habitacionais construídos sem recursos do poder público, que serviram para moradia popular. O primeiro nome da praça foi José de Aloísio Campos, construída em 1973, pela diretora do SESC, Aida Bispo Sucupira e, no seu documento de entrega, a mesma proibiu qualquer tipo de construção nesse terreno e, dessa forma segue até os dias atuais.

Em 2009, o prefeito da cidade de Aracaju optou por construir um posto de saúde na praça, o que levou os moradores a entrarem com uma ação na justiça contra essa decisão, porque, explica seu Sampaio, o conjunto é particular, portanto, suas terras não pertencem ao município, porém, é responsabilidade deste, a prestação de serviços públicos de limpeza e manutenção. Além disso, o posto de saúde era destinado aos moradores do bairro Luzia e não do bairro Ponto Novo, do qual o conjunto faz parte. Por essa razão, os moradores ganharam em todas as instâncias e o posto de saúde foi construído em outro terreno. Seu Sampaio fala com descontentamento que os “brinquedos para as crianças” que haviam na praça foram retirados pela prefeitura e árvores foram cortadas. E a partir desses acontecimentos a associação comunitária foi criada. Ele também conta que em 2012 surgiu a promessa de reforma praça, pela prefeitura, mas que nunca foi concretizada.

### **O bairro e o entorno**

A Praça Aida Bispo Sucupira localiza-se no bairro Ponto Novo (Figura 13), na zona sul de Aracaju-SE. Limita-se com os bairros Pereira Lobo, Siqueira Campos e América à norte, Luzia à leste e Jabutiana à sul e à oeste. O Ponto Novo era um grande pântano, os moradores próximos à praça relatam que esta, no início da década de 70, era uma lagoa, porém essa morfologia mudou com a chegada dos conjuntos habitacionais e com o tempo o bairro recebeu ações imobiliárias de novos condomínios.

**Figura 13: Localização da Aida Bispo Sucupira em relação**



Fonte: Google Maps, 2020.

Atualmente o bairro apresenta distintas características socioeconômicas abrigando moradores de diferentes classes sociais em distâncias muito próximas, porém, apresenta como maioria famílias pertencentes a classe popular, assim como nas imediações da praça. É majoritariamente um bairro residencial e contém avenidas de grande fluxo, como a Avenida Presidente Tancredo Neves, Avenida Augusto Franco e a Avenida Padre Nestor Sampaio.

### **A praça**

A Aida Bispo Sucupira apresenta uma configuração de praça de bairro, não faz limite com nenhuma avenida de grande fluxo, não é cercada por comércios de grande alcance e, em sua maior parte, é circundada por residências (Figura 14).

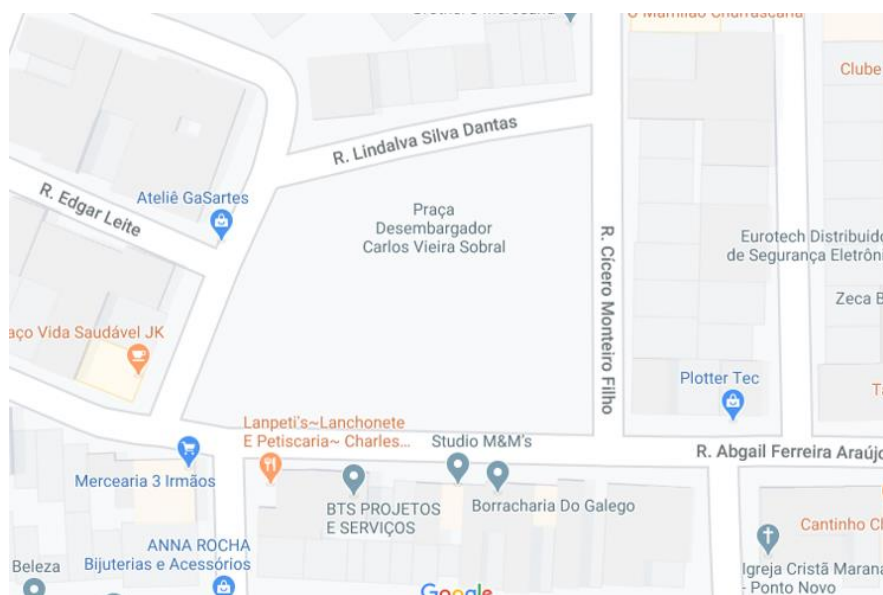
**Figura 14: Acessos à Praça Aida Bispo Sucupira.**



Fonte: Google Earth, 2020.

No seu entorno imediato encontra-se uma lanchonete e um bar, ao leste e ao sul, que aparenta ser a rua de maior movimento, uma mercearia, dois centros de beleza, lojas, prestação de serviço como borracharia e uma escola de idiomas e ao norte e oeste encontram-se somente residências. Nas quadras vizinhas encontram-se outros comércios locais, de pequeno porte. As maiores lojas encontram-se na Avenida Augusto Franco, quatro quadras à oeste da praça ou no bairro limítrofe Luzia, à leste (Figura 15).

**Figura 15: Mapa do entorno.**



Fonte: Google Maps, 2020.



A primeira visita foi realizada numa sexta-feira pela manhã, em torno das 11 horas e me surpreendi por haver algumas pessoas na praça nesse horário, então percebi que na rua ao norte havia algumas barracas, e segundo os presentes ocorre uma feira às sextas-feiras. Caminhei pela praça e a primeira impressão foi de pouca frequência na manutenção e na limpeza, porém não havia acúmulo significativo de lixo, mas sim de folhas secas e alguma sujeira da feira. Enquanto caminhava notei a presença de mobiliário como lixeiras, alguns bancos e também de um ponto de descarte de materiais recicláveis. Os bancos não estavam em bom estado de conservação, mas o que apresentava pior estado era a calçada, quebrada e cheia de rachaduras, dificultava bastante a caminhada (Figuras 16 e 17).

**Figura 16: Fotos da Aida Bispo Sucupira.**



Fonte: Acervo próprio. 2019.

**Figura 17: Fotos da Praça Aida Bispo Sucupira.**



Fonte: Acervo Próprio, 2019.

Ainda era possível notar a intervenção feita por alguns alunos de Arquitetura e Urbanismo da UFS há alguns anos, como a pintura de bancos e a presença de pneus adaptados às vezes como mobiliário e as vezes no jardim. Alguns mobiliários desgastados pareciam itens de academia pública, mas não estava completa. O alambrado da quadra de areia está em péssimas condições, com buracos e algumas partes caídas.

As visitas seguintes foram realizadas em horários distintos, distribuídos pela manhã, tarde e início da noite, quando busquei entender o fluxo de movimento e a visão dos usuários. À nordeste da praça existe um bar, onde em todas as visitas percebi a presença constante de senhores conversando ou jogando dominó (Figura 18), no entanto, não notei grande movimento em nenhum outro horário. No final da tarde nota-se a presença de mais usuários, os quais, geralmente, são moradores mais próximos que a cruzam em direção a mercearia, passeiam com seus cachorros, fazem uso da quadra de areia para praticar esportes e um grupo de homens que se reúnem embaixo de algumas árvores para conversar (Figura 19).



**Figura 18: Senhores no bar.**



Fonte: Acervo Próprio, 2020.

**Figura 19: Homens no bar e conversando embaixo de árvores.**



Fonte: Acervo Próprio, 2020.

Segundo Ana e Márcia (ver Anexo B), excepcionalmente às sextas-feiras pela manhã o movimento é maior por causa da feira, o que atrai muitas pessoas, inclusive de bairros vizinhos. Além de confirmarem não ser uma praça muito movimentada e que as pessoas normalmente a frequentam no início da manhã, no final da tarde e aos finais de semana pela manhã devido ao futebol na quadra de areia. Porém, nos outros horários é um local de passagem.

No turno da tarde a praça fica mais movimentada por volta das 17 - 18 horas. Nesse horário algumas pessoas utilizam a quadra para a prática de treinamento funcional guiada por um profissional. Havia poucas pessoas na praça, uma mulher passeava com seus cachorros, uma outra com um bebê assistindo a atividade da quadra (Figura 20), alguns senhores conversando sentados na mesa do bar, na extremidade nordeste da praça e ao sul havia uma barraca que vendia mingau e doces, onde estavam sentadas três mulheres (Figura 21).

**Figura 20: Mulher com criança e mulher com bebê assistindo o treinamento funcional.**



Fonte: Acervo Próprio, 2020.

**Figura 21: Mobiliário de pneu, ao fundo barraca de mingau e foto da praça à noite.**



Fonte: Acervo Próprio, 2020.

Em uma das visitas notei a presença de muito lixo em uma parte da praça, como copos descartáveis, garrafas, sacos plásticos espalhados e alguns sacos de lixo pendurados nas árvores (Figura 22). Logo iniciei uma conversa com Fabiana, que passeava com seus cachorros, que então explicou que no final de semana anterior fizeram uma festa de carnaval na praça, com muitas pessoas, mas não recolheram todo o lixo, nem o descartaram no lugar correto. Fabiana mora muito próximo à praça e costuma passear com seus cachorros todos os dias.



**Figura 22: Lixo na árvore e ao lado da quadra.**



Fonte: Acervo Próprio, 2020.

Algumas narrativas foram recorrentes nos discursos dos usuários que conversei, como por exemplo, o lixo encontrado na praça, que muitos afirmam ser deixado pelos próprios usuários e contam que a prefeitura realiza limpeza, mas dias após já é possível encontrar lixo e fezes de animais – deixadas após o passeio com os pets. E que essa é uma queixa dos próprios agentes que realizam a limpeza.

Quase em todos os discursos as pessoas expressavam uma certa indignação para com o abandono da praça, como Fabiana, que afirmou que achava “uma pena essa situação, porque é uma praça grande, tranquila e com um ótimo potencial” (ver Anexo B, p.76). Durante as conversas também apontavam a arquibancada, à noite é utilizada como local para consumo de maconha e práticas sexuais.

Na última visita realizada no dia 04/03/2020, notei que haviam pintados os bancos, e dona Hildete, proprietária de uma barrquinha que vende mingau e doces, contou que havia sido uma vizinha que pediu a colaboração financeira dos moradores, comprou tinta e realizou a pintura (Figura 23).

**Figura 23: Bancos antes e depois da pintura.**



Fonte: Acervo Próprio, 2020.

Após as conversas e visitas, a Aida Bispo Sucupira se mostrou, de fato, como uma “praça de bairro”. Apresenta maior movimento no final da tarde, quando os seus usuários, que em geral, são pessoas que moram nas proximidades, saem para ir à mercearia, passear com cachorros ou levam as crianças para brincar. O estado de abandono da praça se apresentou como a maior queixa, Ana (entrevistada) inclusive contou que quando deseja fazer algum exercício, como caminhada, às vezes, vai até a Praça Alameda (que se localiza a cerca de um quilômetro, no bairro limítrofe Luzia), devido às condições da calçada e o risco de queda.

Dessa forma, entende-se que, mesmo com a praça oferecendo um espaço físico sem qualidade, algumas pessoas a frequentam, por ser o espaço que lhes é disponibilizado. Essa situação de privação ao espaço público de qualidade, faz com que se reduza o número de usuários ou os leve a frequentar outras praças mais distantes, porém que apresentem melhor qualidade de espaço físico e disponibilidade de mobiliário para realização de atividades de socialização e lazer.

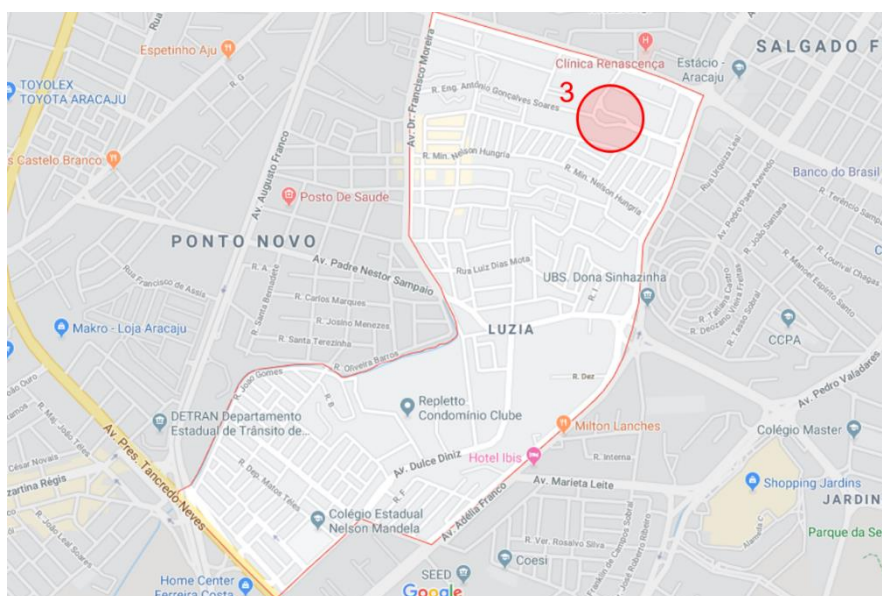
### **| Praça Alameda das Árvores (Praça Rosita Francisca de Souza Teles)**

A Alameda das Árvores foi resultado de uma exigência da Prefeitura de Aracaju/SE para com uma imobiliária e construtora responsável pela construção de diversos condomínios de edifícios residenciais no bairro Luzia. A construtora ergueu diversos condomínios na mesma localidade, por isso a construção de um espaço público que os integrassem.

## O bairro e o entorno

A Alameda das Árvores localiza-se no bairro Luzia (Figura 24), na zona sul, o qual limita-se com os bairros Suíssa à norte, Grageru à leste, Inácio Barbosa à sul e Ponto Novo e Jabutiana à oeste. O Luzia era conformado por sítios de difícil acesso, que posteriormente foram loteados e deu-se início a construção de conjuntos habitacionais, como por exemplo o Conjunto Médici. Com o passar do tempo, o bairro sofreu uma valorização imobiliária, sediando novos empreendimentos de alto padrão por grandes construtoras. Simultaneamente, foram surgindo algumas áreas do bairro com ocupações de famílias de baixa renda, o que faz do Luzia um bairro que apresenta grande desigualdade social.

**Figura 24: Localização da Praça Alameda das Árvores em relação ao Bairro Luzia.**



Fonte: Google Maps, 2020.

Atualmente o bairro contém inúmeros condomínios de edifícios residenciais, além de serviços e comércio nas suas vias principais, como nas avenidas Presidente Tancredo Neves, Adélia Franco, Hermes Fontes e Gonçalves Rolemberg Leite, todas avenidas de fluxo importante para a cidade. A área norte do bairro é onde se encontra a maior concentração de condomínios de alto padrão, e justo nesta área localiza-se a praça em análise.

## A praça

A Alameda das Árvores é uma praça pequena, rodeada por grandes edifícios onde vivem famílias de classe média alta. À norte, a apenas uma quadra,



está a Avenida Gonçalo Rolemberg Leite, que apresenta grande fluxo e é margeada por mais condomínios e à leste está a Avenida Hermes Fontes, que nesse ponto apresenta características mais comerciais (Figura 25).

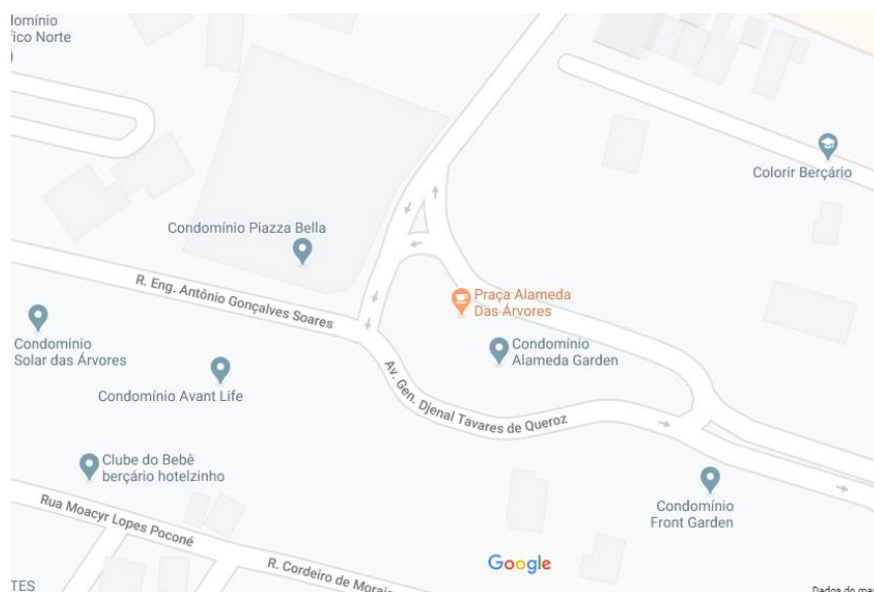
**Figura 25: Acessos à Praça Alameda das Árvores.**



Fonte: Google Earth, 2020.

No seu entorno imediato há apenas condomínios, como já dito, e à leste, na Avenida Hermes Fontes encontram-se academia de musculação, academia de dança, alguns comércios e um centro comercial chamado Alameda Mall, que é um centro comercial fechado, com restaurantes, farmácia, agência de viagem, joalheria e outras lojas.

**Figura 26: Mapa do entorno.**



Fonte: Google Maps, 2020.

A primeira visita à praça foi realizada em torno das 9:30 da manhã. Ao chegar notei a presença de um agente de limpeza que fazia a limpeza dos arredores, cruzei a avenida e dei uma primeira volta completa na praça. A primeira impressão foi de extrema limpeza e organização. Toda a calçada havia sido recentemente varrida e a grama e as árvores haviam sido regadas. Enquanto caminhava e observava com mais atenção, pude notar a presença de mobiliário urbano como lixeiras, bancos, placas de sinalização e um ponto de descarte de materiais recicláveis todos em ótimo estado de conservação (Figuras 27 e 28). E além disso, há também um sistema de irrigação automático para os arbustos e a grama.

**Figura 27: Fotos da Praça Alameda das Árvores.**



Fonte: Acervo próprio, 2019.



**Figura 28: Fotos da Praça Alameda das Árvores.**



Fonte: Acervo próprio, 2019.

Havia poucas pessoas na praça, na extremidade oeste, debaixo de uma árvore, estavam duas moças sentadas em frente a uma mesa vendendo pães caseiros, uma mulher sentada no banco, um senhor que fazia atividade física e um toldo onde dizia “Corretores de Plantão” e estava um funcionário da construtora Celi (Figura 29). E, de fato, de acordo com Mércia, empregada doméstica que trabalha nas proximidades, esse não é um acontecimento isolado, quando não é um *stand* da Celi, é de alguma empresa de internet ou um pet shop móvel ou companhia de internet (ver Anexo C).

**Figura 29: Barraca de pães e construtora Celi.**



Fonte: Acervo próprio, 2019.

O movimento no meio da manhã se assemelha ao movimento do meio da tarde, poucas pessoas cruzando a praça ou sentadas nos bancos. Já no início da manhã e do final da tarde e início da noite, a praça se enche de pessoas. Edla, dona da barraca de pães, contou que cedo, pela manhã, muitas pessoas fazem exercícios e passeiam com cachorros antes de ir para o trabalho, e acrescentou inclusive que chegam pessoas de carro, moradores de bairros vizinhos, estacionam nas ruas, chegando à praça para se exercitarem (ver Anexo C).

No final da tarde o fluxo aumenta significativamente por volta das 17 - 18 horas. Havia muita gente caminhando, fazendo exercício físico, crianças e muitos moradores com seus cachorros (Figura 30). Mães com carrinhos de bebê, uma criança com um brinquedo que aparentava ser um patinete elétrico e, algumas pessoas compravam comida ou apenas conversavam com os vendedores de algumas barraquinhas dispostas como uma feira, as quais vendiam pães, biscoitos caseiros, sopas e até mesmo bijuteria. De acordo com uma das moradoras a feirinha funciona todos os dias pela tarde (Figura 31).



**Figura 30: Moradores passeando com seus cachorros.**



Fonte: Acervo próprio, 2020.

**Figura 31: Fotos da feirinha.**



Fonte: Acervo próprio, 2020.

Há alguns anos a Alameda sediou um bloquinho de carnaval que, no ano seguinte, foi cancelado. Segundo Jô, dona da barraquinha de bijuterias e que mora em frente à praça, o bloquinho foi cancelado porque “as pessoas destruíram a praça” e, por isso, os moradores não quiseram que o evento se repetisse.

Os discursos dos usuários sobre a praça são semelhantes. Afirmam achar o ambiente agradável, sempre movimentados por moradores praticando exercício, passeando com cachorros ou frequentando a feirinha. Não houve nenhuma queixa de criminalidade ou violência, essa preocupação parecia não fazer parte daquele espaço. Além disso percebia-se que o público pertencia a uma faixa etária mais elevada, como alguns senhores aposentados ou adultos ao chegarem do trabalho. Proporcionalmente, havia poucas crianças e quase nenhum jovem. É notável que os usuários que frequentam a Alameda são pertencentes a uma classe social alta, com exceção de poucas pessoas que estão de passagem ou usam a praça como ponto de encontro, não há pluralidade social.



## | CONCLUSÃO

A análise das praças inseridas em contextos sociais distintos me permitiu voltar o olhar para o tratamento desigual dos espaços públicos, fato que não anula a necessidade da sociabilidade e do exercício da cidadania de cada indivíduo, no entanto, um espaço público de qualidade e desempenho baixos, ou até mesmo a negação da acessibilidade a esses espaços, é responsável pela perpetuação de uma cidade injusta, onde se fomenta a segregação socioespacial, o isolamento, a exclusão da vida coletiva e, conseqüentemente, a privação do direito à cidade. E, ao mesmo tempo, limita a oportunidade de produzir cidadãos que lutem pela permanência da democracia e pela possibilidade da ação política.

Como dito anteriormente, espaço público aqui se entende como o território da ação política (liberdade política, exercício de direitos sociais ou de grupos) e ainda como espaço de reprodução e intercâmbio de diferentes ideias de cultura, experiências e vivências sociais de cada indivíduo. É o ambiente onde as diferenças compartilham o mesmo espaço suscitando a possibilidade da geração de conflitos de forma democrática culminando na contribuição da conformação de todo cidadão. Agostinho (2008) complementa expondo a fala de Mockus (2005):

Assim, a cidade é uma escola para o aprendizado da cidadania, afirma Antanas Mockus, ex-prefeito da cidade de Bogotá. No sentido de compreender a cidade como uma oportunidade educativa propõe que a cidade seja uma grande escola. A cidade, como lugar onde se aprende normas, se aprende a agir coletivamente, onde se muda alguns sonhos e onde se educa emoções, interesses e razões (MOCKUS, 2005). Na cidade aprendemos a viver com liberdade. A existência de espaço público urbano faz parte das condições para o exercício de cidadania. (AGOSTINHO, 2008, p.97)

O desenvolvimento desse trabalho foi norteado pela busca da compreensão da realidade urbana da cidade de Aracaju/SE, com foco no espaço público. As praças como objeto de estudo foram o instrumento utilizado para relacionar o espaço público e a cidadania, ao mesmo tempo em que se analisava o desempenho de cada uma, levando em conta o contexto em que cada qual está inserida.

A Praça Camerino faz parte da memória coletiva da cidade. Para se constituir memória é necessário a permanência no espaço para a possibilidade da criação de vínculos. A Camerino conserva seu vínculo com os estudantes das proximidades desde muitos anos, porém, essa relação foi modificada paralelamente ao crescimento da cidade e às mudanças do Bairro Centro e, atualmente, o medo e o discurso da violência está presente nas falas de quase todos os usuários. “Ao mesmo tempo em que novos movimentos de cidadania democratizaram o espaço urbano, o clima de medo e falta de civilidade também permeia os encontros públicos nas cidades brasileiras.” (AGOSTINHO, 2008, p.223).

No entanto, ainda persiste na Camerino a diversidade de funções e o dinamismo social, típicos de áreas urbanas centrais e, dessa forma, a vida pública acontece, os estranhos se encontram e as diferenças se manifestam, incitando assim o exercício diário da cidadania.

A melhor maneira de garantir a segurança do espaço público é a continuidade do seu uso social, ou seja, a presença de pessoas, o que quer dizer que correspondam a trajetos, que seja agradável, que se permita sua utilização a todo tipo de pessoas e grupos, assumindo que há vezes em que é necessário reconciliar ou regular interesses ou atividades contraditórias. (BORJA, 2003, p.213, tradução livre).

A manifestação do conflito não é sinônimo de violência, como afirma Agostinho (2008):

O conflito surge quando estão dadas as condições para a manifestação das diferenças de posição, ponto de vista, perspectiva e visão de mundo que existem em qualquer sociedade, sobretudo nas mais complexas. Quando isso não acontece, temos a violência. O conflito exige negociação. (AGOSTINHO, 2008, p.95)

“O círculo vicioso entre o abandono dos espaços públicos e a multiplicação dos medos e da insegurança cidadã tem que ser quebrado [...]”. (BORJA, 2003, p.212, tradução livre). A interrelação entre políticas públicas e concepções urbanísticas são essenciais para o desenvolvimento de um espaço público

seguro e integrador, através da criação de políticas que atuem com problemáticas sociais, econômicas e culturais, como a geração de empregos, a promoção da educação e da cultura, programas contra a pobreza e em defesa das minorias, juntamente a políticas urbanísticas destinadas a criar espaços e equipamentos públicos e entornos integradores principalmente voltadas para áreas e coletivos sociais considerados de risco, ou seja, que apresentem vulnerabilidade socioeconômica. O urbanismo não pode se abster e não contribuir a tornar efetivo o direito à segurança na cidade, mas para todos, sem exclusões.

A violência pode expressar uma reivindicação inconsciente de cidadania, a rebelião do não-cidadão, sua contradição entre o fato de estar e o não-direito de usar a cidade formal e ostentosa. Mas entender essa contradição não impedirá reprimir ou prevenir as condutas violentas que excluem aos cidadãos mais ou menos integrados na vida e culturas urbanas. E fazer o necessário para garantir a concentração de usos coletivos diferentes, ou seja, fazer dos espaços públicos lugares de inclusão para os excluídos. (BORJA, 2003, p.214, tradução livre).

A Praça Aida Bispo Sucupira apresenta características geralmente presentes em espaços públicos de bairros populares: a situação de abandono e a negação da acessibilidade ao espaço público de qualidade. Enquanto as classes altas se refugiam em condomínios fechados, centros comerciais privados como shopping centers e parques temáticos, aos pobres resta a opção de viver a cidade que lhes é oferecida, ou melhor dizendo, permitida. Eles, muitas vezes, são as vítimas da violência urbana. Portanto, um espaço público de qualidade e acessível a essa parte da população contribuiria para a justiça urbana. Dito isto, a Aida Bispo Sucupira é a opção oferecida aos moradores daquela área, que expressam sua indignação e descontentamento, mas que, ainda assim, realizam ações conjuntas para a melhoria do estado físico da praça.

Nossas relações de vizinhança são condicionadas de uma forma determinante pela densidade populacional do local que habitamos, pelo nível econômico e pelo grau de cooperação dos seus habitantes, bem como pela distância entre as unidades de habitação (Keller,1979). As relações de vizinhança na cidade contemporânea são ainda muito

condicionadas pelas diferenças entre classes sociais. Nos bairros populares, a limitação de oportunidades, a pobreza e o isolamento relativos, a insegurança e o medo acabam por fortalecê-las e torná-las parte fundamental da trama de relações familiares. Nos bairros de classe média, as relações entre vizinhos são mais seletivas e pessoais, já que o maior poder aquisitivo faz diminuir a necessidade de ajuda mútua e aumentar a necessidade individual de espaço. (SERPA, 2007, p.35)

Na Aida Bispo Sucupira a vida pública, o encontro das diferenças e o exercício da cidadania acontecem, mas de maneira diferente. Acontece através da ajuda mútua e da resistência em lutar por um espaço público de qualidade.

“O espaço público é uma conquista democrática.” (BORJA, 2003, p.212, tradução livre), como já mencionado. Porém, nem sempre essas conquistas serão realizadas de maneira pacífica ou por meio de procedimentos legais, mas também por meio de ocupações simbólicas ou contínuas e recursos perante tribunais superiores.

[...] A conquista implica iniciativa, conflito e risco, mas também legitimidade, força acumulada, alianças e negociação. A iniciativa pode surgir da instituição política local ou de um movimento cívico, e até de um coletivo social ou profissional. (BORJA, 2003, p.212, tradução livre).

A Praça Alameda das Árvores é a praça da “elite neoliberal”. Local de status social, se mostra como um ambiente homogêneo que atrai os que temem a heterogeneidade social. Esses espaços apresentam um caráter visual extremamente notável, essa condição é a de maior importância. São espaços repetitivos que podem ser considerados produtos vendidos e replicados em qualquer outro bairro que apresente as mesmas características socioeconômicas que o bairro Luzia. “Não há nenhuma diferença entre eles, a não ser a quantidade de dinheiro neles empregada.” (SERPA, 2007, p.19).

Esses espaços possuem um caráter visual cada vez mais pronunciado. Eles são fabricados para o “visível”. Esse traço dominante, a visualização (mais importante que a “espetacularização” nela implícita), mascara a repetição. As pessoas olham, confundindo a vida, o olhar, a

visão. Constrói-se sobre planos e projetos. Compram-se imagens. O olhar e a visão tornam-se intercambiáveis, eles permitem a simulação da diversidade do espaço social, o simulacro da transparência (Lefebvre, 2000). (SERPA, 2007, p.19)

Na Alameda a vida pública acontece, mas os estranhos não se encontram e as diferenças sociais não se manifestam, o que limita significativamente (ou anula) a possibilidade da ação política no território e, conseqüentemente, fragiliza a conformação da cidadania dos usuários e debilita a democracia.

As praças, em praticamente todas as visitas, apresentavam maior número de usuários homens, com exceção da Alameda, onde encontrei muitas mulheres, situação que talvez ocorra porque é uma praça de menor dimensão, cercada por edifícios, porteiros e câmeras. Curiosamente, enquanto escrevia sobre os relatos dos usuários, notei que conversei quase que exclusivamente com mulheres. Isso acontece porque os espaços públicos, por vezes, podem ser ambientes hostis para mulheres desacompanhadas. Ao avistar grupos de homens sentados às mesas de bares ou até mesmo nos bancos das praças, não me sentia segura em me aproximar e iniciar uma conversa.

Durante todas as visitas, pude notar e vivenciar essa circunstância muitas vezes ignorada pelo urbanismo, que é a experiência feminina no espaço público. Já que o modelo usado como referência para a cidade é baseado em um usuário homem, branco, em idade ativa e com poder aquisitivo. O espaço então é pensado de acordo com seus movimentos, seu tempo e suas necessidades, dessa forma a cidade se organiza em torno da ocupação e do trabalho formais tradicionais tipicamente masculino.

A percepção desigual do espaço público pelas mulheres também se estende à sensação de insegurança, a qual deveria levar-se em conta na concepção dos espaços públicos desde a iluminação e a visibilidade, assim como uma rede de transporte noturna segura. Favorecer a ocupação desses espaços pelas mulheres ao passo que visa desfavorecer os ambientes extremamente grandes ou aqueles que geram a sensação de confinamento – como becos e vielas –, tornando o entorno propenso a convivência e garantindo a autonomia e acessibilidade a todos (BORJA, 2003).

Outras vezes existe uma espécie de controle tácito masculino sobre os espaços de caráter social transitório, entre o público e o privado, afastando-as [as mulheres], de fato, deles. Assim, a ameaça do domínio sexual masculino através de provocações verbais e a possibilidade de um desencadeamento da violência são determinantes na relação das mulheres com o espaço público. (BORJA, 2003, p.243, tradução livre).

O ambiente público necessita de um espaço concreto, de suporte, para que a sua apropriação por meio da presença dos usuários lhe confira características de um espaço de vida coletiva, onde se aprende a viver junto. Além de que, esses espaços necessitam oferecer acessibilidade, não só física, mas também simbólica, evitando a criação de barreiras invisíveis entre os diferentes grupos. “Se for certo que o adjetivo “público” diz respeito a uma acessibilidade generalizada e irrestrita, um espaço acessível a todos deve significar, por outro lado, algo mais do que o simples acesso físico a esses espaços “abertos” de uso coletivo.” (SERPA, 2007, p.16).

Portanto, a relação entre espaço público e cidadania, está na existência do espaço público urbano se mostrar de total necessidade para o desenvolvimento e exercício da cidadania. Esse espaço, que pode ser considerado como um direito, possibilita a reivindicação dos demais direitos e, possibilita também, a luta por cidades justas e a busca pela permanência da democracia.

A luta pela construção de espaços públicos urbanos devolve à cidade fragmentada os lugares para o encontro e para a expressão cidadã. Podemos pensar que a qualidade dos espaços públicos é um indicador da qualidade da vida urbana. (AGOSTINHO, 2008, p.225)

## | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, Maria D. G. **Espaço público urbano e cidadania nas cidades contemporâneas: o caso do Parque da Luz em Florianópolis/SC**. 2008. 245f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BORJA, Jordi. 2006. **Espaço público, condição da cidade democrática: a criação de um lugar de intercâmbio**. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.072/353>>. Acesso em: 06 de agosto de 2019.

BORJA, Jordi. **La ciudad conquistada**. Madrid: Alianza Editorial, 2003.

BRASIL. Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos. Departamento de Direitos Humanos e Cidadania – DEDIHC. Curitiba/PR. 2020. Disponível em: <<http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=8>>. Acesso em: 23/02/2020.

CALDEIRA, Teresa P. do R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34 / Edusp, 2000.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

FARAH, I.; SCHLEE, M. B.; TARDIN, R. **Arquitetura paisagística contemporânea no Brasil**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

FILHO, Nestor G. R. **Evolução Urbana do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. 2020. **Praça Camerino**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=441031&view=detalhes>>. Acesso em 27/02/2020.

MAGALHÃES, Pollyanna M. de. **Análise comparativa do uso e configuração das praças da área central de Aracaju-SE: 1855 a 2015**. 2016. 67f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço: uma nova política de espacialidade**. Tradução por Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

PINSKY, J.; PINSKY, C. B. **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

PORTO, Fernando. **A cidade do Aracaju 1855-1865: ensaio de evolução urbana**. 2. ed. Aracaju: FUNDESC, 1991.

ROMERO, José L. **América Latina: As cidades e as ideias**. Tradução por Bella Josef. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. Tradução por Lygia Araujo Watanabe. 1.ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.



## ANEXO A | DESCRIÇÃO DAS CONVERSAS SOBRE A PRAÇA CAMERINO

No dia 03/12/2019 realizei a primeira visita à Praça Camerino. Pela primeira vez notei a presença de crianças na praça, elas estavam acompanhadas por sua avó, que disse morar próximo e que leva as meninas para passear com relativa frequência em torno das 16 horas. Ela contou que percebe sempre muito movimento de pessoas cruzando a praça, como lugar de passagem e que sente falta de um mobiliário direcionado para crianças, já que as netas brincam nos bancos e no palco, por falta de mobiliário específico.

Sentados à mesa, estavam seis jovens conversando e aparentemente enrolando um cigarro de maconha, nenhum deles morava próximo à praça, dois deles vivem no bairro Coroa do Meio e Atalaia, e estavam ali porque vão especificamente para a praça, como um ponto de encontro entre amigos. Um deles, Lucas, contou que frequentava muito a Camerino com um grupo de amigos, quando estudava no Colégio Estadual Tobias Barreto (que se localiza na quadra ao norte da praça), mas atualmente vão com menos frequência. Ele afirmou que é um ambiente muito tranquilo, sem criminalidade, que quando acontece alguma "confusão" é entre os próprios estudantes, que frequentam pessoas diferentes e por isso dava pra "trocar ideia".

Questionado sobre a qualidade do espaço ou se sentia falta de algo, ele respondeu que sentia falta de arte, de grafite. Afirmou que a praça dispõe de várias áreas que poderiam ser grafitadas (apontando para os bancos e o palco), e disse que acha que a prefeitura poderia fazer uma parceria com os grafiteiros, doando a tinta, enquanto eles fariam a arte, "porque as pessoas picham mesmo contra a vontade da prefeitura, que cobre o picho, mas sem sucesso, porque voltam a pichar novamente". Ele disse que via isso como uma "vontade da prefeitura de querer que o grafite acabe porque até as pessoas que não entendem o grafite acham muito bonito". Lucas também contou que as vezes alguns grupos usam maconha na praça e que a polícia, às vezes, parava quando eram grupos muito grandes, mas que era uma situação rara, já que os estudantes são os principais usuários do espaço da praça.

Marcos, outro jovem presente, canta nos ônibus e disse que tem a praça como seu ponto de descanso entre um ônibus e outro porque gosta muito do ambiente por ser um "lugar agradável que tem área verde e muita árvore", coisa que ele sente falta na cidade. E que ele percebe que a praça se torna um lugar

ótimo para os estudantes por estarem na puberdade (se referindo à presença de casais adolescentes).

À vista disso, conversei com um casal de jovens que estuda numa escola próxima a praça, que confessou acha-la muito linda pela natureza, no entanto era apenas sua segunda vez frequentando aquele espaço, porque para eles não era um espaço seguro, expondo um assalto que tinha acontecido à seus colegas justo no dia anterior. Logo me aconselharam a guardar o celular, porque o mesmo "grupo estranho" parecia estar rondando a praça e, por isso, eles tinham optado por sentar próximos ao ponto de ônibus, que era o lugar mais movimentado. Por esse motivo, eles afirmaram que talvez no horário de meio dia (saída de estudantes das escolas) mais estudantes frequentassem a praça, por ser um horário mais seguro e com mais pessoas.

Conversei com duas meninas que moram no interior do estado, mas fazem curso no SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, e estavam sentadas em um dos poucos bancos na sombra esperando seu transporte. Elas relataram que existe uma grande presença de estudantes esse horário, após a saída do curso ou do colégio, seja esperando pelo transporte, seja conversando com amigos e, apesar de se queixar do sol, ambas acham o ambiente muito agradável.

Victória e Ana, ambas estudantes do Colégio Estadual Tobias Barreto, contaram que vão à praça com certa frequência, mas que o fazem conscientes do perigo de sofrerem um assalto. Afirmaram que meio dia é mais tranquilo, porém sempre escutam que acontece assalto no final da tarde. Victória destacou a situação dos bancos sob o sol e que o jardim poderia ser mais bem cuidado.

Logo após conversei com Isadora e Ingrid, também estudantes do Colégio Estadual Tobias Barreto, que achavam a praça “legal”, mas apresentavam queixas muito semelhantes às de Victoria e Ana com relação ao perigo de assalto. Inclusive contaram que por esse motivo não costumam frequentar tanto a praça. Questionadas se já tinham sofrido assalto nas proximidades, afirmaram que elas não, mas alguns amigos sim, porém é uma situação que costuma acontecer com maior frequência pela tarde. E por isso os estudantes atualmente preferem ir para a praça da Catedral (Praça Olímpio Campos), por acharem o ambiente mais seguro (a praça da Catedral se localiza a três quadras à norte do Colégio, enquanto a Camerino se localiza na quadra seguinte, à sul).

Notei a presença de um grupo grande, oito estudantes, e fui ao seu encontro. Estavam sentados próximos ao ponto de ônibus, e novamente relataram a falta de segurança, mas que apesar de não se sentirem seguros, gostam do ambiente e vão à praça diariamente esperar pelo transporte. Além disso também trouxeram a questão dos bancos sob o sol e expuseram que acreditam que a praça não é mais movimentada porque não oferece atividades. Um deles sugeriu que se houvessem jogos de mesa, ou “geladeiras de livros” certamente viriam mais estudantes e ficariam por mais tempo, e talvez viriam para a praça em outros horários que não fossem os do colégio. O mesmo estudante contou que já esteve na praça a noite e “é horrível, um deserto e bem perigoso”.

Por fim conversei com mais três estudantes do SENAI, que estavam deitados na grama, na sombra, e relataram que moram no interior do estado e frequentam a praça quase todos os dias enquanto esperam pelo transporte, que passa na Camerino ou na praça da Bandeira, e eles optam pela Camerino porque é mais tranquilo e é mais agradável devido a presença das árvores. Novamente apontaram os bancos sob o sol e questionados sobre a segurança afirmaram que já escutaram alguns casos, mas que nunca viram de fato acontecer.

## ANEXO B | DESCRIÇÃO DAS CONVERSAS SOBRE A PRAÇA AIDA BISPO SUCUPIRA

Me aproximei de Ana e Márcia, que estavam sentadas conversando e contaram que às sextas-feiras acontece uma feira o que leva muitas pessoas a frequentarem a praça. Márcia era uma delas, que não mora nas proximidades, mas estava ali por causa da feira.

Ana mora muito próximo à praça, e contou que geralmente esse horário não há muita gente nos outros dias da semana, mas que algumas pessoas costumam frequentá-la no início da manhã e no final da tarde, principalmente por causa do futebol que acontece na quadra de areia. Ela relatou que aos sábados pela manhã sempre jogam futebol e que algumas pessoas acompanham, assistindo aos jogos e frequentando o bar que se encontra à leste da quadra. Mas afirmou que nos outros horários a praça é mais um local de passagem, quando vão à mercearia, por exemplo. Quando quer fazer algum exercício como caminhada, ela disse que, às vezes, vai até a Praça Alameda das Árvores, devido às condições da calçada e o risco de queda.

Ana ainda relatou a presença de algumas pessoas que frequentam a praça para “fumar maconha” na arquibancada ou sentados nos pneus e que nunca causaram nenhum problema. Contou que a polícia faz rondas e “baculejos”, mas que ela não sabe se é algum morador que faz a chamada ou se é ronda normal. Ao fim da conversa, Ana disse que existe uma associação de moradores na área e que a praça “está na justiça” porque a pouco tempo a prefeitura apresentou um projeto de construção de um posto de saúde neste espaço, mas os moradores não aceitaram e que o posto foi construído em uma rua próxima. Ela disse que achou o projeto bonito e não se importaria se o construíssem porque eles iam manter uma parte da praça.

Pude notar a presença de muito lixo em uma parte da praça, como copos descartáveis, garrafas, sacos plásticos espalhados e alguns sacos de lixo pendurados nas árvores. Logo iniciei uma conversa com Fabiana, que passeava com seus cachorros, que então explicou que no final de semana anterior fizeram uma festa de carnaval na praça, com muitas pessoas, mas não recolheram todo o lixo, nem o descartaram no lugar correto. Fabiana mora muito próximo à praça e costuma passear com seus cachorros todos os dias. Questionada sobre como

se sentia ou o que achava sobre a praça, falou de imediato “péssima!”. Explicou que a praça é muito mal cuidada e abandonada, tanto pela prefeitura quanto pelos moradores, e afirmou que achava uma pena essa situação, porque é uma praça grande, tranquila e com um ótimo potencial. Fabiana também contou que a praça nunca está cheia, que algumas pessoas passeiam com seus cachorros, mas não cuidam do espaço, não recolhem as fezes do animal, e que por isso a praça está sempre suja. Como já haviam dito, apontou que à noite algumas pessoas fumam maconha na arquibancada e aos finais de semana algumas pessoas jogam futebol na quadra, mesmo esta não oferecendo um bom estado. Fabiana novamente expôs seu descontentamento com o atual estado da praça, apontando ser aquele um ótimo bairro, mas que sentia falta de um espaço bem cuidado e com mobiliário para crianças, o que na sua concepção atrairia mais pessoas e movimento.

Conversei com Carol, que passeava com seu bebê no carrinho. Ela contou que mora na Aruana e era a primeira vez que ia a praça, pois estava acompanhando seu marido à aula de funcional. Carol falou sobre suas impressões sobre o espaço, afirmando ser muito difícil passear com o carrinho, porque a calçada estava muito destruída, mas disse ter achado a praça bem arborizada.

Logo após conversei com Hildete, dona da barraquinha que vende mingau e doces, onde estava sentada também Sabrina e um senhor, antigo morador. Eles contaram que a praça é abandonada e que a responsabilidade também é dos usuários, devido ao descarte de lixo e fezes de animais. Disseram que a praça é tranquila e os horários de relativo movimento são pontuais e as vezes se relacionam com o uso da quadra. Dona Hildete também contou que as vezes alguns moradores realizavam ações para cuidar da praça, como por exemplo, uma vizinha que pediu a colaboração financeira dos moradores, comprou tinta e pintou os bancos.

Conversa com seu Florisval Chaves Sampaio, dia 04/03/2020, presidente da associação comunitária do Conjunto Jessé Pinto Freire, que se mudou para o bairro em 1973, e descreveu a história da praça:

Segundo seu Sampaio, a praça fazia parte do Conjunto Habitacional Jessé Pinto Freire, criado para abrigar as residências dos comerciários do Sesc – Serviço Social do Comércio. Foi erguido com recurso proveniente da contribuição

sindical empresarial, um dos primeiros núcleos habitacionais construídos sem recursos do poder público, que serviram para moradia popular. O primeiro nome da praça foi José de Aloísio Campos, construída em 1973, pela diretora do SESC, Aida Bispo Sucupira e, no seu documento de entrega, a mesma proibiu qualquer tipo de construção nesse terreno e, dessa forma segue até os dias atuais.

Em 2009, o prefeito da cidade de Aracaju optou por construir um posto de saúde na praça, o que levou os moradores a entrarem com uma ação na justiça contra essa decisão, porque, explica seu Sampaio, o conjunto é particular, portanto, suas terras não pertencem ao município, porém, é responsabilidade deste, a prestação de serviços públicos de limpeza e manutenção. Além disso, o posto de saúde era destinado aos moradores do bairro Luzia e não do bairro Ponto Novo, do qual o conjunto faz parte. Por essa razão, os moradores ganharam em todas as instâncias e o posto de saúde foi construído em outro terreno. Seu Sampaio fala com descontentamento que os “brinquedos para as crianças” que haviam na praça foram retirados pela prefeitura e árvores foram cortadas. E a partir desses acontecimentos a associação comunitária foi criada. Ele também conta que em 2012 surgiu a promessa de reforma praça, pela prefeitura, mas que nunca foi concretizada.

Seu Sampaio se queixou da sujeira e da falta de cuidado das pessoas que passeiam com seus animais e sujam o espaço, e algumas vezes são pessoas que não moram nas proximidades da praça, mas afirmou ser uma praça tranquila, apesar de relatar o uso da arquibancada pela noite para práticas sexuais e uso de drogas.

## ANEXO C | DESCRIÇÃO DAS CONVERSAS SOBRE A PRAÇA ALAMEDA DAS ÁRVORES

Na extremidade oeste da praça, debaixo de uma árvore, haviam duas moças sentadas em frente a uma mesa vendendo pães caseiros, me aproximei e dei início a uma conversa informal. Uma delas era a dona dos produtos (Edla) e a outra lhe fazia companhia (Manu). Edla contou que mora no bairro Aruana e que vai para a Alameda todos os dias pela manhã das 6 às 10 horas e pela tarde das 16 às 19 horas, para vender os seus pães. Segundo ela, esses são os horários de maior movimento, sempre com muitas pessoas passeando com cachorros e se exercitando. E que as pessoas que frequentam a praça não são apenas os moradores que fazem limite imediato, mas que também a frequentam pessoas que moram em bairros vizinhos, que algumas vão de carro e estacionam nas ruas próximas a praça. Os dias de menor movimento são sexta e segunda feira.

Manu, não mora nos arredores, mas diz gostar muito da praça e da companhia de Edla e por isso se desloca até a Alameda. Ela mora próximo a uma outra praça (perto do Colégio Purificação, no mesmo bairro), que diz não gostar por ser deserta e prefere se deslocar até a Alameda. Após a conversa Edla desmontou a barraquinha e ambas foram embora.

Mércia era empregada doméstica, trabalhava no prédio que fica ao sul da praça e estava esperando por sua “patroa”. Ela confirmou o que já tinha dito Edla, sobre os horários de maior movimento e que sempre havia muita gente passeando com seus cachorros e por isso há um dia na semana que um pet shop “móvel” vai até a praça para prestar serviço a essas pessoas.

Conversei com uma mulher que estava sentada num banco, ela disse que morava em Socorro, mas sempre frequentava a praça esse mesmo horário, porque espera a carona de seu esposo para irem embora, ele trabalha como mototáxi e por isso marcam a praça como ponto de encontro. Ela disse observar que a praça está sempre cheia esse horário (17 horas) e que maioria das pessoas mora nas proximidades.

Em seguida conversei com uma senhora que morava no prédio à leste da Alameda, ela contou que sempre frequenta a praça porque é um lugar muito agradável, com bastante gente e sempre montam a feirinha no fim da tarde, além de, às vezes, contar com a presença de representantes de companhia de internet



ou pet shop panfletando e divulgando as empresas.

Jô, vendedora de bijuterias que mora em frente à praça, contou que começou a montar a barraquinha depois que se aposentou, mas que mesmo antes já frequentava bastante a praça e confirmou que realmente algumas pessoas vêm de outros lugares, mas a maioria que frequenta aquele espaço é morador. Questionada sobre o bloquinho de carnaval que aconteceu na praça há alguns anos, contou que não voltou a ocorrer porque "as pessoas destruíram a praça" e por isso os moradores não quiseram que o evento se repetisse.